



FL. Nº
Anexo – notas taquigráficas
Proc. nº
CMSP – NOME DA CPI
Nome - RF

**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

COMISSÃO EXTRAORDINÁRIA PERMANENTE DE DEFESA DOS
DIREITOS HUMANOS, CIDADANIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS

PRESIDENTE: EDUARDO MATARAZZO SUPLICY

TIPO DA REUNIÃO: EXTRAORD.

LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo

DATA: 27/11/2018

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Orador não identificado
- Manifestação fora do microfone
- Documento lido a ser encaixado pela Secretaria da Comissão

A SRA. PRESIDENTE (Soninha Francine) – Com a presença desta Vereadora, declaro aberta esta reunião de trabalho da Comissão Extraordinária Permanente de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania.

A denominação “reunião de trabalho” deve-se ao fato de não haver número suficiente - o número legal, regimental - para abertura de uma reunião extraordinária desta Comissão. Isso significa que não poderia haver aqui nenhum tipo de deliberação em nome da Comissão de Direitos Humanos e Cidadania, mas, de toda forma, não seria essa a intenção desta reunião extraordinária. Ela foi convocada com o intuito específico. A comissão não tem a pretensão de tomar uma decisão em nome das partes aqui presentes.

Vou ler aqui o requerimento que embasou a realização desta comissão para que todos tomem conhecimento do seu teor.

- É lido o seguinte: (*Requerimento enviado à comissão...*)

A SRA. PRESIDENTE (Soninha Francine) – O requerimento foi aprovado pelo Presidente da Comissão, Vereador Eduardo Matarazzo Suplicy. Esse requerimento foi apresentado no dia 8 de novembro. Em função até dos feriados, só conseguimos marcar essa reunião para o dia de hoje. Foram convidados: além de representantes dos servidores; pela Secretaria, o Secretário, a Chefe de Gabinete e o Adjunto. Infelizmente ontem, por volta das 18h30, SMADS confirmou a presença do atual Secretário-Ajuntado, mas apenas depois das 10h30 da manhã. Eu mesma só tomei conhecimento da sua presença às 10h30 agora.

Normalmente numa sessão de mediação, com um observador externo, uma das funções da mediação é colocar as partes diante de uma das outras para se ouvirem em um ambiente de equilíbrio e de respeito. Não vou desistir disso. Quando o Secretário chegar teremos esse diálogo, mas também não vou esperar a chegada do Secretário para começar a ouvi-los.

Então é possível que eu peça para que os presentes repitam algumas coisas, diante do Secretário-Ajuntado. Mas é uma oportunidade para que eu mesma conheça melhor o desenrolar dos acontecimentos que culminaram nessa crise tão séria entre as partes.

Por isso vou pedir, num primeiro momento, que vocês todos se apresentem. A decisão é de vocês, na verdade, quem relata primeiro o acontecido para a gente começar a tomar pé da situação.

Peço que se apresentem no microfone seguindo o sentido horário, por favor.

A SRA. LIGIA DAHER - Sou advogada do Sindsep.

O SR. ALDO MOREIRA – Sou advogado também do Sindsep. Acho que outras pessoas vão relatar melhor e, se precisar, depois algum complemento, a gente faz isso.

A SR. CAROLINA GRANDO – Sou Psicóloga do Sindisep.

O SR. JOÃO GABRIEL GUIMARÃES – Bom dia a todos. Estou na Vice-Presidência do Sindsep.

A SRA. MARCELA – Bom dia. Faço parte da equipe técnica da Secretaria

Executiva do Comas.

O SR. RODRIGO DINIZ – Bom dia. Sou Assistente Social do CRAS Anhanguera.

A SRA. ARIENE OLIVEIRA LOPES – Sou Assistente Social. Eu era do CREAS Butantã e fui transferida para o CRAS Penha em 7 de novembro.

A SRA. FLÁVIA RODRIGUES – Bom dia. Sou do CREAS Butantã.

A SRA. FRANCILENE GOMES FERNANDES – Bom dia. Atualmente estou na SAS Guaianases.

A SRA. ISABELA – Bom dia. Sou assessora da Vereadora Soninha Francine.

A SRA. MÁRCIA – Bom dia. Sou assessora da Vereadora Soninha Francine.

A SRA. MÔNICA – Bom dia. Sou Secretária da Comissão de Direitos Humanos.

A SRA. PRESIDENTE (Soninha Francine) – A critério de vocês, quem começa a falar? Vou pedir que toda vez que alguém usar o microfone para se identificar por causa da transcrição.

O SR. JOÃO GABRIEL GUIMARÃES – Sou Vice-Presidente do Sindsep. Primeiramente quero agradecer à Vereadora Soninha, aos Membros que não estão presentes da Comissão de Direitos Humanos, a todos os trabalhadores e trabalhadoras presentes e à equipe do Sindsep, que vem ao longo desses últimos dois anos acompanhando os casos que surgem na SMADS.

Primeiro, a gente está aqui com uma riqueza de participação que vai permitir que a gente tenha o detalhamento de situações que a gente tem vivenciado e acompanhado na SMADS. Acredito que estamos aqui porque nós chegamos a um momento de esgotamento das relações em que a gente construiu por meio de um sistema de negociação com a Secretaria. A gente retomou a negociação no início da gestão passada, no momento em que a Soninha estava assumindo enquanto Secretária, licenciada da Câmara Municipal, e ali a gente retomou o processo de negociação com a Secretaria e continuamos, após a troca de Secretário, para o Secretário Filipe Sabará.

Daquele momento em diante, todos os casos que nós recebemos - e foram muitos casos -, buscamos levar todos para a mesa de negociação. E nós chegamos a ter algumas resoluções do ponto de vista de que apresentávamos algumas violações, dificilmente você tinha uma resolução ou aquele que era praticante do assédio ou da violência era punido, mas a gente, no processo de negociação, conseguiu construir a proteção às pessoas que foram vítimas das violências. Normalmente essas pessoas acabavam optando por sair do local de trabalho e se refugiar em outras regiões. Esse cenário vem se agravando nós últimos oito meses, um ano, desde que a gente começou a sentir que aquilo que a gente apresentava e negociava não tinha mais resolutividade. Sentávamos com a Secretaria na época, normalmente quem assumia essa negociação era o próprio Secretário-Adjunto, que hoje é Secretário, ou a sua assessora Francine, sempre acompanhado da chefia de RH, que é a Sra. Cristina.

O caso que depois a equipe vai poder detalhar mais, mas os casos que mais chamaram atenção é que você tem um ambiente em que as diversas formas de violência se naturalizaram. Então você percebe que existe um sistema de punições e de ameaças que não são só veladas, eles passaram a ser atos administrativos. A gente percebe isso por meio das remoções. São dezenas de remoções acontecendo. A gente, no sindicato, normalmente tem recebido uma por dia ou até mais, nas últimas quatro, cinco semanas. A gente observa que as pessoas que se posicionam tecnicamente, discordam ou apresentam questionamentos técnicos dentro da sua atividade, são as pessoas preferenciais e aí a equipe do Butantã, que tem vivenciado isso, pode trazer esses elementos.

A gente observou esse mesmo tipo de tratamento de SMADS com relação aos técnicos do Conselho Municipal de Assistência Social, o Comas, que também foram removidos, que também tiveram sua lotação extinta, no começo do ano, prévia remoção. Eles extinguiram a lotação Comas para esses trabalhadores que descobriram, pela própria folha de ponto, holerite, que não eram mais funcionários do Comas, do dia para a noite.

Então você tem esse processo, que é constante, acho que a gente consegue notar isso por meio das publicações que a própria SMADS faz. Algumas remoções que aconteceram *ex officio*, mas você também tem um sistema em que o trabalhador que eles querem remover, eles chamam, normalmente quem executa isso é o RH da Secretaria. É dito para ele, que ele tem de sair. A esse trabalhador é oferecido uma possibilidade de remoção um pouco mais próximo da sua própria residência e outra do lado da Cidade de São Paulo. A pessoa então se sente coagida e em muitos casos das remoções aparecem, do ponto de vista administrativo como se fosse uma remoção a pedido. Porque a pessoa sente: “bom se eu não escolher, vão escolher para mim”. E diariamente a gente acompanha isso.

Entretanto vimos também o uso da remoção como uma forma punitiva e de maneira declarada, inclusive as remoções que estavam acontecendo no Butantã, com a equipe da Márcia, ainda enquanto ela estava conosco, foram claramente motivadas por uma ação punitiva. Quando o sindicato questionou, por ofício, a Secretaria reafirmou isso por escrito – o Dr. Aldo pode até relatar isso.

E foi um momento extremamente delicado, porque, quando nós começamos a intervenção, nós já estávamos ali poucos dias depois, com o desaparecimento da companheira Márcia. Ao longo dos dias que se seguiram houve uma sequência de ações que nos assustaram bastante, porque nós esperávamos que houvesse uma trégua. Eu inclusive cheguei a verbalizar isso para o gabinete, através da Francine, que hoje é a chefe de gabinete, que nós esperávamos do Secretário Filipe Sabará uma trégua para essas pessoas. O que nós observamos foi exatamente o contrário, uma radicalização contra esses trabalhadores.

Primeiro, uma negligência muito grande com a situação que estava se passando com a Márcia. Depois, uma perseguição muito forte com as colegas que rapidamente se posicionaram integralmente na defesa da Márcia, como companheira, passaram a participar do processo de buscas, confeccionando cartazes, dando todo tipo possível de apoio emocional, solidário à família e aos colegas de trabalho.

Logo em seguida, o primeiro caso que me chamou a atenção, o Dr. Aldo até acompanhou, foi uma colega que não está aqui presente, a técnica Helen, que foi notificada por *e-mail* dois, três dias depois do desaparecimento da Márcia, por que ela não estava presente numa reunião que aconteceu algumas horas depois que se notou o desaparecimento da Márcia. Ela não estava presente porque estava junto com a equipe organizando o processo de busca da Márcia. Aí dizia: “Bom, se a Márcia não veio para a reunião, por que a Helen não veio?”. E um *e-mail* extremamente violento, numa hora em que a equipe estava fragilizada.

Nesse processo todo houve diversas investidas contra as colegas, convocações para fazer exatamente o que eu tinha dito: “Vem aqui, escolhe a sua vaga”, isso para as duas trabalhadoras; “Vem aqui para assinar, ou então nós vamos fazer uma remoção *ex officio*”. Fizeram troca de *e-mails* com as técnicas, chamando, coagindo, aí chegaram a fazer o ensaio de uma remoção *ex officio* num ofício, num papel sulfite que foi enviado para a trabalhadora, completamente fora do que está previsto na Lei Orgânica do Município, que diz que tem de ter uma formalização publicada em *Diário Oficial*. Eles mandaram um ofício para a trabalhadora.

Na sequência, enquanto estávamos acompanhando isso, nós fomos surpreendidos por um contato que temos com a família da Márcia, de que a supervisão havia enviado um comunicado de processo de exoneração para a Márcia, processo administrativo, que a gente chama de processo de faltas, que pode culminar numa exoneração a bem do serviço público.

Imaginem a família, que já estava passando por toda essa situação, num momento em que está toda mobilizada na defesa das crianças e da busca da Márcia, recebe uma carta de que a Márcia, que já estava com o salário bloqueado, poderia ser exonerada da Prefeitura de São Paulo, mesmo sendo público e notório que a Márcia estava desaparecida e que havia uma investigação instaurada no DHPP para buscar respostas.

Essa carta foi um baque muito grande para a família e para os colegas. A SMADS nega, mas nós temos a carta, nós temos uma cópia. Inclusive nós usamos esse documento para instrumentalizar uma ação judicial pedindo que o salário da Márcia fosse desbloqueado e

que não houvesse instauração de processo de falta. Essa ação não prosseguiu porque, quando a juíza foi fazer a instrumentalização, o processo perdeu objeto no mesmo dia porque tivemos a notícia de que a Márcia tinha sido identificada – aí a gente teve que mudar a estratégia de ação.

Eu entrei um pouco mais no detalhe do que está acontecendo no Butantã, porque acho que ali tem um conjunto de ações que você observa na Cidade inteira. Nós, no sindicato, estamos sobrecarregados, porque não param de chegar casos o tempo todo. E as pessoas estão extremamente instrumentalizadas. Tem *e-mails*, áudios de conversas, relatos, testemunhas. Temos feito um esforço para sistematizar, estamos avaliando buscar a Justiça para que as pessoas que estão com esse tipo de postura, usando o seu poder, usando uma relação de poder, sejam responsabilizadas.

A perspectiva que temos hoje é não só buscar uma mediação, mas conseguir transmitir para o gabinete da SMADS que essas violações, que aparentemente caíram num ar de normalidade, não são normais, são violações de direitos trabalhistas, mas são fundamentalmente violações de direitos humanos. Tem a previsão, na Declaração Universal, de que as pessoas precisam ter espaço de negociação, as pessoas precisam ser respeitadas no seu ambiente de trabalho, e é isso que temos visto ser constantemente violado.

Fiz um apanhado geral. Agora podemos optar se vamos direto para o caso do Butantã, ou se fazemos uma fala geral da equipe. Vocês optam.

- Fala fora do microfone.

O SR. JOÃO GABRIEL GUIMARÃES BUONAVITA - Isso é geral.

Tudo bem, Carol, você começar? Carol é a psicóloga da equipe, tem acompanhado os casos de violação que acabam levando ao adoecimento dos trabalhadores. Normalmente é assim que acontece, a pessoa passa por esse processo e acaba adoecendo. Ela traz um panorama geral dos casos que a gente vem atendendo desde o ano passado.

A SRA. CAROLINA GRANDO – Sou Carolina, psicóloga do Sindsep. Desde 2015

fiz aproximadamente doze atendimentos de assistentes sociais da SMADS. Entendo que o número pode parecer pequeno, a princípio, mas isso representa 15% dos atendimentos que geraram relatório na Secretaria de Políticas de Saúde do Trabalhador do Sindsep...

- Fala fora do microfone.

A SRA. CAROLINA GRANDO – De todas as secretarias da Prefeitura. Considerando que elas representam mais ou menos 2% dos filados, é muito caso, são muitas entrevistas.

Quando elas chegam à Secretaria e passam por mim, geralmente é um processo de entrevista que leva em média duas horas; a depender da necessidade, mais tempo. É inspirada na abordagem pluridimensional de Guillaín(?) então fazemos uma escuta, fazemos questões a respeito da história de vida, da história laboral, da situação atual de trabalho, e confronta os dados com a literatura.

Esses casos tinham muitas semelhanças, a gente percebia muitas semelhanças. Eu tentei resumir as semelhanças em duas queixas principais. Uma das principais queixas é a remoção como instrumento de ameaça e punição. Tem trabalhadoras que foram removidas uma vez, tem trabalhadoras que foram removidas diversas vezes. Frequentemente essa remoção vem em seguida de algum conflito com a coordenação ou a supervisão, ou mesmo um conflito com alguma entidade supervisionada que não passa por apuração, e a trabalhadora é punida. Eu digo “trabalhadora” porque a maioria das trabalhadoras da assistência social é mulher. A remoção acontece frequentemente sem diálogo, sem razão. Tem trabalhadoras que acordam e veem no *Diário Oficial* que estarão, no dia seguinte, em outra unidade; ou que recebem notificação por *e-mail* de que amanhã estarão em outra unidade.

Então elas não têm oportunidade de dar continuidade ao trabalho, de encerrar o trabalho de maneira adequada, considerando a importância dos vínculos nesse trabalho; nem mesmo de passar o trabalho para outra pessoa. Isso é uma questão importante, porque a atividade da assistência social não tem qualquer significado, não é qualquer coisa; tem a ver

com direitos, tem a ver com acesso a direitos e tem a ver com pessoas em situação de vulnerabilidade, então isso implica em um sofrimento. Isso implica também numa sensação de não reconhecimento dos esforços e do engajamento das trabalhadoras em relação ao trabalho, porque são trabalhadoras engajadas, que têm muito cuidado técnico, e frequentemente é justamente isso que parece motivar a remoção.

E a gente vê a questão do trabalho impedido e o sofrimento ético. Frequentemente, principalmente em algumas unidades, em algumas regiões – a Mooca é uma que sofre bastante com isso –, tem uma sobrecarga muito grande para as trabalhadoras, especialmente porque tem aposentadoria. Acredito que isso esteja melhorando com a entrada de novas assistentes, mas tem uma grande sobrecarga que, por consequência, vai gerando desgaste, uma impossibilidade de dedicar o tempo necessário às atividades. Muitas vezes também faltam condições materiais de trabalho, falta respaldo técnico. Tem casos em que a supervisão se recusa a passar informação e orientação por escrito para as trabalhadoras. Então cadê o respaldo para elas se sentirem seguras nas suas ações?

Isso vai configurando uma situação de trabalho impedido, que a gente chama de amputação de poder de agir dos trabalhadores, o que já implica em sofrimento, mas vem junto um sofrimento ético, que é o sofrimento de não atender à demanda de uma população vulnerável da maneira tecnicamente adequada. Quando há um conflito em que se prioriza o político frente ao técnico, em que as reclamações das entidades - independentemente da questão técnica envolvida, independentemente de a assistente estar tecnicamente correta em sua ação – são favorecidas e as trabalhadoras são punidas sem serem ouvidas, sem ser observado o cuidado técnico de suas ações.

Isso as deixa, muitas vezes, entre a cruz e a espada, entre preservar sua carreira, preservar sua estadia na unidade em que elas estão construindo um trabalho, e realizar o trabalho tecnicamente, da maneira que deveria ser. Isso cria uma situação de muito sofrimento que frequentemente vai levar ao adoecimento. Muitas vezes essas situações vêm juntas.

Atendemos trabalhadoras cujos trabalhos, projetos que estavam dando frutos, eram ameaçados de ser encerrados. Então tem uma série de ações que punem o técnico, punem a ação técnica, a ação tecnicamente embasada é punida.

As trabalhadoras militantes do SUAS parecem ser, especialmente, alvo dessas ações, isso nos casos observados. Entendo que eles podem não representar toda a experiência em SMADS, mas acho que apontam algo que deve ser considerado, que deve ser observado e que é significativo. Tem trabalhadoras que não vão chegar ao sindicato, não vão chegar ao meu atendimento. Devo dizer que várias trabalhadoras têm o caso resolvido na própria região pelo coordenador de região ou pelo João Gabriel, sem chegar à Secretaria de Políticas de Saúde do Trabalhador, então eu não terei essa escuta nem poderei construir esses elementos. Porém acredito que, mesmo que não tenha representação total, essas trabalhadoras, mesmo que não vitimadas, estão observando um cenário em que sabem que são possíveis vítimas. Como trabalhar com medo? Como trabalhar sem a segurança, sem respaldo, sem confiança de que sua ação técnica vai ser considerada pelo técnico, pela qualidade, pela sua observância, pela ética profissional?

Acredito que principalmente esses dois elementos vêm acompanhados. Isto é procurar resumir esses casos sem expor, sem quebra de sigilo, preservando as trabalhadoras, mas acredito que são situações bastante graves. Nós vemos pessoas com muitos anos de Prefeitura, pessoas com poucos anos de Prefeitura, com diferentes experiências na Prefeitura sendo vítimas de violência; algumas com história de se dedicar completamente ao trabalho, integralmente, fazendo diversos sacrifícios da vida pessoal em nome do trabalho são descartadas, removidas.

Ainda tem o prejuízo da relação no trabalho, porque chegar a uma unidade nova, numa remoção que não foi por escolha, é chegar marcada como trabalhadora problema. Como construir uma boa relação de trabalho quando chega como uma trabalhadora que foi descartada, que foi chutada do seu espaço de trabalho?

Esses elementos são muito importantes, porque estamos construindo um cenário muito grave. Os dados da Cogear a respeito das licenças médicas na Prefeitura, mais de um quarto das licenças são por adoecimento mental. Elas podem estar, na grande maioria, como adoecimento comum, mas é curioso que um quarto das licenças na Prefeitura tenham relação com adoecimento mental, sejam por transtornos mentais; e mais de 35% das readaptações. Então é algo a ser observado.

Acredito que esse seja o resumo. Se faltou contemplar algo, com certeza o relato das trabalhadoras vai deixar muito claros esses processos. Esse é um problema geral na Secretaria, não é de uma região só. Algumas trabalhadoras de algumas unidades estão sofrendo mais que outras, mas é um problema que a gente percebe geral.

A SRA. PRESIDENTE (Soninha Francine) – Obrigada, Carolina Grando.

A SRA. LÍGIA DAHER – Sou Lígia, advogada do Sindsep. O João e a Carol já falaram em grande parte, e nós atendemos conjuntamente, o trabalho é integrado, procurando olhar a pessoa nos seus múltiplos adoecimentos.

O que chama atenção nos casos que temos atendido na Smads, dos casos que chegaram para mim, é que 100% dizem respeito a trabalhadoras altamente vocacionadas e que fazem defesa do SUAS; dizem respeito a trabalhadoras que estudam, que se qualificam, que se preocupam, que vão para além das atribuições específicas de sua área, porque não querem que o serviço sofra solução de continuidade; são funcionárias, servidoras e pessoas altamente conscienciosas o trabalho que realizam. Na Smads, dos casos que eu atendi, isso é 100% dos casos. Uma total impossibilidade e incapacidade da Secretaria de fazer gestão de pessoas e um processo dialógico. O instrumento punitivo não tem que estar em primeiro lugar, pois não substitui a gestão de pessoas, mas em SMADS isso é mais perverso ainda: sequer procedimentos punitivos formais, em que a servidora poderia ter a possibilidade de fazer o contraditório, uma defesa – algo que já condenamos, porque o processo punitivo não pode substituir a gestão de pessoas. Nem esse mínimo espaço de escuta do contraditório e de

defesa está sendo possibilitado a essas servidoras que certamente estão adoecidas, tamanha a perversidade e a crueldade como tem se dado a relação de trabalho.

Percebemos claramente o desvio de finalidade, um vício jurídico no procedimento das emoções, camuflado de punições, que não oportunizam o espaço dialógico, como abuso de poder forte e a descontinuidade de trabalhos importantes.

Esse conflito ético do qual a Carol fala está muito presente. Mas essa é outra discussão, que o João Gabriel também está conduzindo juntamente com o Coletivo das Trabalhadoras sobre o MROSC, sobre os impasses e os questionamentos, porque tudo isso também tem a ver com o adoecimento. Quando a Carol fala, por exemplo, sobre o impedimento no trabalho e do conflito ético, significa perguntar se essas servidoras altamente vocacionadas não querem que os trabalhos sofram solução de continuidade numa perspectiva muito neoliberal. Cada vez menos, trabalhadores desenvolvidos estão sendo demandados a fazer papéis de nutricionistas, de contadoras e chamadas para dar pareceres, algo que está muito além da sua formação. Muitas servidoras têm se sentido muito acuadas; algumas ainda conseguem preservar o espaço da denúncia, da fala, o que é um sinal de saúde e de resiliência, apesar do adoecimento. Muitas vezes também a equipe dá respaldo a essas servidoras, mas muitas vezes há um trabalho perverso de colocar uma contra a outra pelo medo, pela ameaça, e essa servidora passa, sim, a sofrer um estigma de tal forma que isso é quase enlouquecedor, porque é a pessoa-problema que está sendo mandada para outro lugar, onde ela já chega com esse forte estigma.

Do ponto de vista jurídico, percebemos que há um desvio forte de finalidade, um abuso de poder, uma desumanização e uma desconsideração acerca do cuidado e do comprometimento que essas pessoas têm com o SUAS e com a política de assistência social no Município.

Era isso.

O SR. ALDO MOREIRA – Bom dia. Sou advogado do Sindsep. Um pouco do que

eu tinha pensado a respeito dos casos que estamos abordando aqui já foi bastante contemplado pelo João Gabriel e pela Carol. No entanto, eu quero destacar o que foi explanado pela Carol a respeito da insegurança psicológica gerada por essa situação criada pela gestão, abordando a questão da insegurança jurídica que todos os servidores que estão sob esse tipo de gestão sofrem.

Obviamente, uma remoção *ex officio* tem uma característica diferente de outros tipos de medidas e atos administrativos porque pode ser rápida e apenas com um aviso, uma publicação, mesmo sem motivação, sem nada. Acompanhando o trabalho político-sindical quando da participação em reuniões com as SMADS nas várias tentativas de diálogo que o sindicato tem buscado com a gestão, percebemos que não é disso que se trata, mas existem motivações obscuras que mascaram essas remoções *ex officio*. E é isso que precisamos abordar, porque o primeiro e fundamental ponto que se deve observar de um ato administrativo é a legalidade. Ninguém na Administração Pública pode fazer nada sem ter algum vínculo legal. Afinal de contas, a Administração não pertence àquela pessoa e ela não pode bater no peito e dizer que é chefe e que manda. Nada disso. O pior de tudo é que já vi gente fazendo isso. Estou falando exatamente isso porque vi uma pessoa bater no peito e falar que ela mandava. Manda até certo ponto, dentro de marcos legais. Manda até ali, sim, mas até o ponto de equilíbrio da legalidade. Passando disso, que é o que tem acontecido, ocorre exatamente o que se quer evitar: a pessoalidade.

Essas reuniões extrajurídicas e extraoficiais, na maior parte das vezes, não têm ata e algo que as legalizem nem ao que o gestor está falando. Então, ele fala uma coisa na reunião, mas depois não cumpre. Em algumas reuniões, foi dito pelo gestor que certas remoções não iam ser feitas, mas foram. A palavra dada nessas reuniões extraoficiais, que deveriam ser oficiais, portanto, marcadas pelo registro em ata, acabam se perdendo.

Agora, teremos que buscar judicialmente, pois administrativamente já buscamos por meio de ofícios para a SMADS, para o RH e para o Secretário, e o resultado foi o seguinte:

ou não recebemos nenhuma resposta ou foram muito inconsistentes, superficiais, sem resposta aos esclarecimentos que buscamos. No momento, está na Corregedoria, um dos órgãos internos da Controladoria Municipal, que se mostrou muito eficiente em relação aos casos que lá apresentamos, e esperamos que seja novamente, uma vez que tem trabalhado muito a contento. Inclusive o grau de isenção que ela tem é uma das coisas que podemos elogiar. Haverá, porém, casos – como os que estão acontecendo agora – que terão que recorrer devido à urgência de pessoas sendo removidas e que tiveram sua vida pessoal revirada, com prejuízo para a Municipalidade, já que são profissionais altamente qualificadas e de nível superior – mas não só por isso –, com dez anos de casa, que controlam uma vasta rede de relações de trabalho e que acabam sendo retiradas do local de trabalho sem mais nem menos. E quando a gente vai ver, como eu falei anteriormente, as motivações são pessoais, e temos que acabar com isso. A administração não foi feita para isso. E a personalidade é carregada de mentiras, de fatos que não se consegue comprovar, e nós vamos fazer esse debate no plano judicial. Gostaria que aqui estivesse o Secretário para rebater, não como o seu procurador rebateu na resposta que deu ao nosso ofício. Temos, por exemplo, o caso de uma pessoa que é membro da CIPA, que, por lei, não pode sair do local de trabalho, mas a estão tirando. Isso é objeto de um mandado de segurança nosso. Também estamos em período eleitoral, que abrange desde julho até a posse dos eleitos. O procurador respondeu, por exemplo, nesse quesito: “Não haverá eleição no Município de São Paulo no presente exercício. Portanto, inaplicável a vedação do artigo alegado da lei eleitoral”. Gente, tivemos um Prefeito que se candidatou a Governador do Estado de São Paulo e ganhou! Houve outro ex-Prefeito, o penúltimo, que se candidatou a Presidência da República! Será que isso não movimenta a política no Município – inclusive o maior município do País? Lógico que movimenta! Aí, você vê uma resposta esdrúxula, simplória como essa; é um descaso. Não podemos aceitar, pois isso é até aviltante ao próprio Direito, pois causa insegurança jurídica. Olhamos para a Administração e nos perguntamos: estamos trabalhando com quem? Com pessoa destituída de qualquer

conhecimento jurídico? Não é possível! As pessoas vão para a gestão com algum conhecimento, é o que esperamos. Aí, quando nos deparamos com situações desse tipo, ficamos desalentados com essa gestão. Assim, verificamos uma situação de verdadeira guerra campal, que, por óbvio, vai chegar ao adoecimento de qualquer um que não está aqui para uma guerra, mas para o trabalho, para aplicar os conhecimentos técnicos que têm e para contribuir e observar que seu trabalho está surtindo efeitos positivos para a sociedade, e isso se aplica ainda mais às pessoas da área da Assistência Social.

Era isso por enquanto.

A SRA. PRESIDENTE (Soninha Francine) – Obrigada, Aldo. Quero fazer uma primeira intervenção. Um dos nossos problemas é a falta de elementos materiais, em alguns casos, com a realização, por exemplo, de reuniões sem ata, de falas que não foram transformadas em comunicação por escrito. Mas temos muita coisa documentada, e uma parte disso, pelo que entendi, já foi encaminhada para a Controladoria do Município. Seria bom que a Comissão tivesse a cópia disso também, do que existe de material nesses casos, pois ajudaria a fundamentar o que estamos dizendo aqui.

Acho que precisamos começar a pensar – provavelmente vocês já têm isso pensado – sobre o que nós esperamos concretamente da Secretaria, que tipo de compromissos, de novas posturas e condutas de agora em diante, e quais ações queremos que a Secretaria reverta. Então, acho bom começarmos a construir, até para apresentar hoje mesmo aqui na reunião. Se o Secretário Adjunto chegar no horário previsto, daqui a pouco ele estará aqui. Que tenhamos mesmo uma lista de demandas com as quais ele possa se comprometer ou não. Por exemplo, desfazer remoções; muito concretamente: restaurar, restituir as pessoas aos lugares de onde elas não deveriam ter saído pelas razões que saíram; o compromisso de que todas as orientações sejam feitas por escrito, que todas as reuniões tenham ata formalizada.

Foram mencionados aqui alguns impasses e questionamentos do MROSC, que

estão desencadeando conflitos éticos e sofrimento. É bom termos isso também razoavelmente delineado.

Essa demanda por pareceres, que não têm nada a ver, que estão além da formação da técnica e da Assistência Social, a gente ter isso também bem definido para que se transforme mesmo em uma demanda para a Secretaria da Assistência Social. Claro que não necessariamente tudo isso vai ser resolvido aqui - quem dera isso fosse possível -; mas eu não gostaria de sair daqui sem ter alguma coisa concreta, demandada e encaminhada.

Quem poderia falar agora? (Pausa)

A SRA. FLÁVIA RODRIGUES – Sou do CREAS Butantã. Gostaria de retomar as falas sobre o cenário geral, e não abordar apenas as particularidades do Butantã. Foi bem destacado aqui que alguns territórios – e vou usar uma expressão usada lá – sofrem um tsunami por dia. Eles sofrem um pouco mais diariamente com uma intensidade maior. O território do Butantã é visado, mas desde que eu entrei, em 2010, já havia essa lógica. Em algumas falas hoje apareceu um pouco isso.

O que eu observo nas relações profissionais e institucionais: ausência de compromisso técnico e profissional. Por quê? Porque temos uma Secretaria que atua numa lógica caseira, do ambiente doméstico. Nada contra transformações, nada contra as faixas etárias; mas pessoas agem como se estivessem no quintal da própria casa. Elas reproduzem isso diariamente em relatos de práticas como fechar o armário com a chave e guardar a chave no molho de chaves particular, porque ela tem uma relação caseira com aquelas coisas; ou dizer: “Aqui no meu território eu faço assim”, ou nos questionar dizendo: “Você tem de fazer assim porque eu quero”. Aí, perguntamos: “Mas você quer por quê? Com base em qual legislação, decreto, portaria?”. Toda vez que questionamos alguma coisa, questionamos no sentido não pessoal. Que bom que não precisamos morrer de amores pelas pessoas para trabalhar com elas, mas: “Independente das minhas relações pessoais, estou te cobrando de algo profissional, técnico. Está escrito onde, com base em quê?”. E muitas vezes a resposta é:

“Porque sempre foi assim”. E mesmo a relação com as organizações, que foi citada aqui também. Sabemos que tem um peso a frase “São Paulo é o paraíso das ONGs”, e não à toa. E esse peso que têm as organizações, de fazer reuniões a portas fechadas, sem a ata, sem documentação, com membros do Gabinete para falar: “Olha, eu não gosto daquela pessoa, eu não gosto daquela situação”, “Troca aquele supervisor”, “Troca aquele gestor da parceria”. Então, há essa relação, e eles ficam muito numa lógica de consumidor, de ter de atender o cliente; mas não deve ser essa a relação.

Na nossa avaliação, do que vimos observamos, há um desconhecimento da própria pública de Assistência Social, um desconhecimento técnico sobre a finalidade de um órgão público. As pessoas não têm noção do que é público, e isso é muito grave. Chega a ser feio, porque você tem de explicar o óbvio, e estamos aprendendo que o óbvio para um não é o óbvio para mais ninguém. Cito o exemplo do processo SEI – Sistema Eletrônico de Informações. No meu caso e no da Ariene, nós temos uma documentação em processo SEI cujo ofício foi protocolado pelo Jurídico do sindicato, e não há acesso nem ao sindicato nem a nós. Aí, explicamos que documentação pública tem de ser transparente. Não há noção de transparência, não há noção de público; fica-se muito nessa lógica do doméstico, do caseiro, das relações pessoais mesmo, infelizmente, do jeitinho brasileiro. Não dá mais. Todas as Secretarias, todas as instâncias dos órgãos públicos precisam entender que estamos numa mudança mesmo de conduta, de postura, de relações. E a ideia de público não é essa que ultimamente vimos presenciando - não só na Assistência Social como em outros cenários também – como equivalente a interesses particulares, privados, desejos. “Ah, eu acho legal ajudar as pessoas, então vou lá fazer uma ação de ajuda”. Na campanha da Assistência Social neste ano, do trabalho de combate ao trabalho infantil, a frase da camiseta era: “Quero ajudar”. Aí, questionamos: como por o verbo “ajudar” na Secretaria que mantém a política pública de desenvolvimento social?

Assim, esse é um cenário na Cidade inteira. E quanto a essas condutas de

perseguição, ouvimos muito a seguinte frase, principalmente da Coordenadora do RH, mas de outras Supervisoras também: “Ah, mas só cumpro ordens”. E questionamos: “Se a ordem é ilegal, você vai cumprir? Porque, se você cumprir, você estará descumprindo legislação”. Eu não estou aqui seguindo a cabeça da minha cabeça. Há uma pessoa à qual eu devo me reportar hierarquicamente, pela legislação, dentro do meu território. Mas, se essa pessoa tirar coisas da própria cabeça, é o meu dever, pelo meu compromisso ético profissional, questionar se a ordem estiver equivocada. Eu não posso acatar. Isso está gerando muito incômodo.

A outra parte que foi dita – e temos colegas do Comas e outros companheiros de outros territórios – é relativa à formação, do compromisso técnico. Toda vez que um profissional vem se especializando, ele vem crescendo academicamente, profissionalmente, e isso geral incômodo e perseguição. Temos dois colegas aqui que passaram exatamente por isso: sem justificativa técnica, sem motivo. E quando se dá um motivo, não é coerente. “Olha, você não pode tirar uma licença acadêmica porque eu tenho pouco RH”. Acabaram de assumir funcionários por concurso; então, como isso pode ser usado como resposta? Ou, depois que um trabalhador tira uma licença acadêmica para apresentação de trabalho que tem a ver com seu cotidiano: “Olha, a gente vai tentar reverter isso”. Aí, eles buscam elementos, criam documentos. No caso meu e no da Ariane, recebemos da própria Chefe de Gabinete, Rosane da Silva, o ofício para comparecermos ao RH, mas com data errada, sem motivo. “Solicito o seu comparecimento”, mas por qual motivo? Fomos e dissemos: “Olha, qual é o objetivo desse ofício? Responderam-nos: “Vocês têm que sair da unidade”. Aí, questionamos: “Baseado em quê? Em qual legislação? Por quais motivos?”; logicamente, na presença do advogado do sindicato. Aí, disseram-nos: “Por causa desse ofício, vamos ter que abrir um processo SEI e encaminha-lo ao Jurídico”. Abre-se um processo SEI, não se dá abertura para as pessoas envolvidas terem acesso, e, paralelamente ao processo SEI, publicam um *ex officio* de três linhas no *Diário Oficial* de 7 de novembro. Então, as coisas não têm continuidade diálogo, coesão, coerência nem nas práticas equivocadas. Não há sequencia nem a isso.

Então, é muito vergonhoso ter que estar aqui hoje por um contexto desse, sendo que temos, no momento atual, não só no território do Butantã, mas na Cidade inteira, violações de direitos. Obviamente, quando o trabalhador é prejudicado, o usuário é penalizado. Nosso compromisso é com a população usuária, e eles são os mais penalizados. Quando um trabalhador é impedido de ter uma licença acadêmica, o prejuízo não é dele, individualmente; o prejuízo é do território, é dos serviços, é dos usuários, é das possibilidades que eu estou impedindo de conhecimento e ampliação técnica, profissional, acadêmica para aquela região. Então, a gente está num momento - de novo - vergonhoso, mas que se a gente for pensar em encaminhamentos, concordo que a gente já tem de tirar algumas coisas daqui.

Penso que é isso, assim, compromisso com os acordos que foram feitos nas mesas de negociação, porque no dia 14 de setembro, a Márcia Martins Miranda estava numa reunião com a chefe de gabinete e, na sala ao lado, sindicatos junto com o chefe de gabinete, atual Secretário, numa mesa de negociação dizendo que aquele dia iam parar as remoções arbitrárias.

Antes daquela reunião, houve várias reuniões que estavam acontecendo, da mesa de negociação do sindicato, com o chefe de gabinete. No mínimo, aconteceram quatro até setembro.

Então assim, o diálogo foi esgotado, todas as tentativas de acordo e compromisso. E aí vai numa reunião, pactuam-se acordos que não se cumprem, porque x, y e z ficaram bravinho, ficou magoadinho, porque não foi convocado para a reunião ou porque a decisão que eu quero não foi feita. Então agora a gente desfaz tudo porque eu quero, eu quero, eu quero.

De novo, é feio, é vergonhoso, não é profissional, não é público, não tem legislação para isso. Acho que é isso.

A SRA. LÍGIA DAHER - Eu achei bacana falar que a gente tem registrado isso. A gente fez uma denúncia de uma servidora de SMADS e encaminhou lá para o gabinete. A gente recebeu... e aí eles disseram: “Olha, vem aqui, a gente quer conversar.”.

A servidora escreveu um *e-mail* para eles dizendo: “Olha, marquem que eu vou com a advogada do sindicato.”. Eles responderam, por escrito: “Não vejo necessidade de você vir aqui com advogada nenhuma, estamos instaurando averiguação preliminar.”. Assim, o que você está falando do público está escrito.

É só um aparte. Obrigada, Flávia.

A SRA. PRESIDENTE (Soninha Francine) – Encerrado?

Deixa perguntar para vocês, a Mesa de negociação acontece ordinariamente e tem reuniões extraordinárias ou ela só acontece mediante alguma demanda?

O SR. JOÃO GABRIEL GUIMARÃES - A gente passou por um processo de descontinuidade no sistema de negociação. Na Prefeitura de São Paulo, como no setor público como um todo, nós não temos, por lei, o direito à negociação coletiva. Há uma brecha na Constituição que diz que tem de ser regulamentado e não há essa regulamentação em nível federal.

Existe uma legislação municipal que, inclusive, a Soninha estava na Casa no período da votação, que instituiu o sistema permanente de negociação e que ele é regulamentado, por decreto. O decreto que institui esse processo de negociação, que a gente chama de Sinp, Sistema de Negociação Permanente, perdeu validade há dois anos e meio. Nós estamos sem decreto do Sinp.

A SRA. PRESIDENTE (Soninha Francine) - Perdeu validade por quê?

O SR. JOÃO GABRIEL GUIMARÃES - Porque ele tem validade, ele dura um período de quatro anos e esse período esgotou. Não foi renovado o convênio.

A SRA. PRESIDENTE (Soninha Francine) - O decreto estabelece que ele valeria por quatro anos?

O SR. JOÃO GABRIEL GUIMARÃES - Exatamente. Esse convênio perdeu validade há quase dois anos. Existe uma minuta em discussão com a Secretaria de Gestão, mas essa minuta está parada desde agosto. Entretanto nós temos um processo que foi

restabelecido no início desta gestão, quando a senhora Vereadora ainda estava Secretária, em que nós reinstituímos um processo de negociação, de mesas extraordinárias, pactuadas bilateralmente, com a Secretaria, que se manteve posteriormente.

Nós temos aí uma média de reuniões de dois a três meses, em momentos em que as situações se agravam a gente busca mesmo. Mas, no âmbito geral, você pede Mesa e demora duas, três, quatro semanas. Aí você realiza uma Mesa, a Secretaria não registra ata. Nós fazemos uma ata, mandamos para a Secretaria para eles darem as contribuições e assinarem. A última Mesa que aconteceu, há três meses, estamos aguardando o retorno da ata, até hoje.

A SRA. PRESIDENTE (Soninha Francine) - Onde são as reuniões?

O SR. JOÃO GABRIEL GUIMARÃES - No gabinete.

A SRA. PRESIDENTE (Soninha Francine) - Quem participa?

O SR. JOÃO GABRIEL GUIMARÃES - Normalmente, o José de Castro, na época, enquanto chefe de gabinete, e, em algumas ocasiões, a Francine que, hoje, é a atual chefe de gabinete e sempre com a presença da Diretora de RH Cristina.

Aí, da nossa parte, o sindicato sempre vai. Normalmente, como há pautas que tratam de adoecimento, a Carol acompanha e, em alguns casos, a Dra. Lígia acompanha e, em outros, o Dr. Aldo.

A SRA. PRESIDENTE (Soninha Francine) - Em relação ao decreto que já perdeu o efeito, pelo prazo previsto, qual que era a posição de vocês a respeito do decreto, do sistema tal como ele existiu até recentemente?

O SR. JOÃO GABRIEL GUIMARÃES - Bom, a nossa posição, é que a gente precisa ter Mesa instituída, essas mesas precisam ter resolutibilidade, para isso se deve seguir alguns procedimentos. O decreto dá condições para que haja acordo, desacordo e que o resultado desse processo de negociação seja implementado através de protocolos.

Quando isso é seguido, você acaba tendo avanços no processo de negociação.

Infelizmente, a maioria das Secretarias que tiveram... a única Secretaria que se tem algum grau de resolubilidade é a Secretaria de Saúde, porque já tem uma tradição maior, mais ampla de negociação coletiva, de controle social. Agora, na SMADS nós nunca conseguimos firmar nenhum protocolo desde que o sistema foi criado, acho que em meados de 2006.

P - Em relação a esses problemas, vocês já adiantaram um pouco isso, mas só para ter certeza. Esses problemas recorrentes em SMADS, da transferência e remoção utilizadas como ameaça ou punição, da sobrecarga, o quanto têm ocorrido também em outras Secretarias. O quanto isso é típico de SMADS? É isso que eu quero dizer.

O SR. JOÃO GABRIEL GUIMARÃES - A forma como é tratada a remoção é algo comum. As Secretarias que passaram a instituir medidas que tiram da pessoalidade o processo de mobilidade de servidores foram as Secretarias que tiveram mais avanços nas relações de trabalho. Por exemplo, a Secretaria de Educação.

A gente percebe que, neste momento, a Secretaria que mais chama a atenção pelo uso arbitrário da remoção e de outros artifícios da Administração Pública é a SMADS. Alguém discorda? É a cliente número um do Departamento Jurídico do Sindsep. Você não vê uma Secretaria que use de forma violenta. A gente recebe um, dois, três, até cinco casos, por semana, considerando que é uma Secretaria pequena. Nós temos uma Secretaria com 40 mil trabalhadores, que é a Saúde, numericamente não se recebe mais... não é? Até porque essas Secretarias maiores já têm o hábito de construir processos de remoção instituídos. Eu vejo, seguem legislação, há calendário de mesas anual. Isso acaba possibilitando que a gente tenha mais resolução.

Agora, uma das questões que me chama a atenção. Eu concordo com você, Soninha, a gente precisa sair daqui com alguns pontos. Nós estamos instrumentalizando uma série de ações. Aquilo que a Carol colocou está instrumentalizado em relatório, a gente pode trazer para cá, por escrito. A gente tem um histórico de tudo isso que está acontecendo.

Um ponto que eu acho que, além de reverter as remoções, tem uma questão que

eu acho que precisa de uma solução, não só no Executivo, mas no Legislativo também. Do ponto de vista das remoções, a Secretaria, isso foi verbalizado, está na nossa ata que não foi assinada até hoje, a servidora responsável pela gestão SUAS verbalizou, na Mesa, nós registramos em ata, de que o servidor da SMADS não tem lotação. Ele pertence à Secretaria. Ela usou essas palavras. Portanto, eles podem determinar a remoção para onde e quando quiserem.

A gente observa que o tratamento que tem se dado a isso tem gerado um processo de descontinuidade de serviço que possibilita que a Secretaria faça essas intervenções da maneira como está fazendo.

Por exemplo, nós tivemos um concurso público agora e nomeação de 50 trabalhadores. Durante esse processo, foi feita uma publicação em *Diário Oficial*, instituindo um processo de remoção. Foram abertas vagas, as pessoas participaram do processo, escolheram vagas. O que nós descobrimos? Um número imenso de trabalhadores não tem vagas fixadas.

Por exemplo, a Ariene, que é do território de SAS M'Boi, estava trabalhando no CREAS Butantã, a lotação dela estava lá, houve a remoção, ela não teve fixada a sua lotação, depois da remoção ela é removida de um lugar que ela não estava para o território Penha. Há quilômetros da sua casa.

O que a gente percebeu com isso? Mesmo com o processo de remoção, que deveria ter fixado as lotações, há um número imenso de trabalhadores com lotação precária, porque isso permite que as supervisões e o RH fiquem jogando as pessoas de um lado para o outro e eles assumem: "É isso, a gente tem o direito de fazer isso."

Por um lado, é um total desrespeito...

A SRA. PRESIDENTE (Soninha Francine) - No papel a Ariene nunca esteve no Butantã. É isso?

O SR. JOÃO GABRIEL GUIMARÃES - Exatamente. Mas assina por. Se você for olhar todos os relatórios, ela esteve gestora de parcerias, coordenadora do CREAS. Ela nunca

teve no seu próprio holerite ou na sua folha de ponto escrito Butantã. E assim são centenas de trabalhadores na SMADS. Se você pegar toda unidade tem alguém lá que está trabalhando lá, de fato e de ofício, mas essa pessoa não está lotada lá.

Houve o compromisso da gestão de que eles fariam a remoção e regularizar as lotações. Muito pelo contrário, o que a gente observa agora é que eles não fixaram as lotações. Se nós fizermos uma auditoria de ponto na SMADS tenho até medo do resultado. Boa parte das pessoas não tem lotação nenhuma. Elas estão num território, são lotadas em outro e depois são removidas para outro território.

As únicas remoções, de fato, coerentes são aquelas que foram *ex-offício*, porque daí, realmente, a lotação dela foi para lá.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. JOÃO GABRIEL GUIMARÃES - Exatamente. Por essa questão, eu acho que a gente precisa ter, não só um compromisso, SMADS precisa fixar essas lotações, porque isso coloca os territórios numa situação vulnerável, há pessoas executando, assinando, fazendo gestão de parcerias sem estar, de fato, lotado lá.

A SRA. PRESIDENTE (Soninha Francine) - É um trabalho totalmente localizado, territorializado.

O SR. JOÃO GABRIEL GUIMARÃES - Extremamente.

A SRA. PRESIDENTE (Soninha Francine) - É lógico. É georreferenciado.

O SR. JOÃO GABRIEL GUIMARÃES - Mas para poder permitir que você tenha esse tipo de relação, na Secretaria, para eles está conveniente manter dessa forma aberta, em que eles sentem facilidade. Eu tiro uma pessoa daqui, jogo para lá, jogo para lá, jogo para lá. Eu acho que essa é uma das questões.

Do ponto de vista legislativo, eu acho que a gente tem de ter condições. E aí eu olho para o exemplo da Educação em que se tem remoção anual, mobilidade de servidores anualmente, para que a Administração tenha condições de repor quadros, mas para que

também os trabalhadores tenham a possibilidade de, ao longo da sua vida funcional, optar por ser removido, por mudar de região.

Hoje é absolutamente o contrário. Se você solicita a sua saída do território, você não sai nunca mais. E se você não solicita, é você que vai.

A SRA. PRESIDENTE (Soninha Francine) – Então podemos dizer que o modelo adotado, hoje, por educação é uma referência positiva?

O SR. JOÃO GABRIEL GUIMARÃES – Sim.

A SRA. PRESIDENTE (Soninha Francine) – E esse modelo de mobilidade, de uma janela de remoção da educação, é baseado em que tipo de documento? É uma portaria...

O SR. JOÃO GABRIEL GUIMARÃES – Eu penso que isso está no estatuto do magistério – se eu não estou enganado –, e você regulamenta isso por portaria. Todo ano sai a portaria instituindo o processo de remoção. E do ponto de vista das condições de trabalho, da saúde, possibilita que aquele trabalhador que, suponhamos, casou com alguém da zona Leste. Você vai ter a possibilidade de ser removido para outro território; vai ter a possibilidade de permanecer. Porque quando você está num processo de remoção e você não se inscreve, você também está fazendo uma escolha, que é permanecer no território. Tem alguns relatos, inclusive o do Comas, que é importante a gente ouvir porque mostra um pouco de como isso se dá na prática.

A SRA. PRESIDENTE (Soninha Francine) – Desculpe, só mais uma pergunta.

Em relação a essa minuta parada na secretaria de gestão, sobre a instituição do sistema de negociação permanente, vocês têm conhecimento dessa minuta, vocês participaram, qual a opinião sobre ela?

O SR. JOÃO GABRIEL GUIMARÃES - Nós, do Sindsep, temos alguns questionamentos. A portaria é uma simplificação da portaria anterior; tem alguns pontos. A gente entende que a portaria precisa ser publicada, mas ela precisa acontecer de fato nas mesas de negociação. Não basta publicar a portaria, é preciso ter compromisso político de que

ela vai ser executada.

A SRA. PRESIDENTE (Soninha Francine) – Sim. Claro que a gente pode obter isso diretamente, através de uma solicitação à Secretaria de Gestão, mas o que vocês tiverem documentado em relação a isso...

O SR. JOÃO GABRIEL GUIMARÃES – A gente pode. Na verdade, a portaria estava em processo de publicação, quando nós tivemos um ato, na frente do gabinete, em agosto. E aí nós questionamos, e eles disseram que já iriam publicar. Foi lá que descobrimos que havia uma portaria, e nós ali nos posicionamos que, se fossem falar sobre nós, nós iríamos querer participar da discussão. Aí, a gente solicitou acesso à minuta, e, desde então, ficou mais ou menos parado o processo.

A SRA. PRESIDENTE (Soninha Francine) – Obrigada.

O próximo.

- Manifestação fora do microfone.

A SRA. PRESIDENTE (Soninha Francine) – A gente tinha estabelecido que iria ser uma conversa entre as partes diretamente relacionadas ao caso.

- Manifestação fora do microfone.

A SRA. PRESIDENTE (Soninha Francine) – É que a pauta desta reunião extraordinária diz respeito ao relacionamento com os trabalhadores da Assistência Social por parte do gabinete. Bom, nada nos impede de abrir uma exceção. Pergunto aos presentes à Mesa se concordam. (Pausa) Então ao microfone, por favor.

O SR. ROBSON MENDONÇA – Bom dia a todos e a todas. Eu sou o Robson, Presidente do Movimento Estadual da População em Situação de Rua.

Sobre esses fatos relatados, posso dizer que tenho várias amigas pessoais que são assistentes sociais e que trabalham, hoje, autoritarismade(?), de maneira arbitrária, ilegal, imoral e incorreta, faz o remanejamento à mercê das suas próprias escolhas, ou seja, dos trabalhadores. Eu, quando usuário do sistema SMADS, não entendia esse sistema de

remanejamento de usuário, daqui para lá. Hoje, vendo os trabalhadores sofrerem isso, começo a entender essa dinâmica feita por um autoritarismo desvalador(?), algo que ocorre com mais frequência nesta gestão, que começou e que depois se deu continuidade. Olha, e estava dando acompanhamento a vários casos de usuários lá na minha região. “E fui impedida. E quando protestei, fui transferida, me neguei a ir para o transferência e fui desligada arbitrariamente, sem ter feito nada, alegando mil e uma questões que eu sei que eu não pratiquei.” E esse conhecimento de cinco amigas que eu tenho no meu *Whatsapp*, a gente tem conversado constantemente. Eu acho que vocês estão certos: algo tem que ser feito, e urgentemente, porque isso causa problemas psíquicos, que, futuramente, poderão desencadear problemas entre os usuários.

Como representante dos usuários do sistema albergário e outros mais sistemas, eu venho prestar minha solidariedade aos trabalhadores dessa área, porque tomam conhecimento de tais fatos ocorridos em toda a São Paulo, não só Butantã, não só o caso da menina que desapareceu. Eu não tenho nem palavras para usar. O Secretário, na época, não fez nada. Simplesmente falava que iria ser feito e nada era feito. Então eu acho que esse é o caminho correto. E tem que entrar com ação judicial pesada. Apesar de que hoje em dia até o Judiciário tem medo porque a gente está à mercê de um (ininteligível). Mas eu acho que esse é o ponto. E a gente tem recebido denúncias. Por isso, eu vim participar e dar a minha contribuição. Acho que a Soninha é a pessoa que esteve lá dentro, fez um trabalho extraordinário, e também, arbitrariamente, foi desligada, mas que tem tudo para fazer a coisa acontecer.

Era com isso que eu queria contribuir.

A SRA. PRESIDENTE (Soninha Francine) – Obrigada, seu Robson. Claro que a via judicial é um recurso acessível, mas a gente espera que não precise chegar a esse ponto. É uma medida coercitiva. A gente espera não precisar chegar a isso. E, além do que, existe a incerteza. A decisão judicial é interpretação sempre. A gente pode não concordar com a interpretação, e ela pode demorar um prazo que não tem correspondência com a nossa

urgência, a nossa necessidade. Então a ideia da entrada da Comissão de Direitos Humanos da Câmara Municipal nesse processo é procurar resolver os conflitos sem que precise chegar à esfera judicial.

O SR. JOÃO GABRIEL GUIMARÃES – Eu queria dizer o seguinte: Soninha, até quando nós estávamos na articulação para convidar as pessoas para vir para cá, havia uma preocupação geral das pessoas que viessem e se tornassem alvos, vítimas, ficassem marcadas. E eu acho que, no momento que a gente está vivendo, muito pelo contrário, porque nós temos que dar visibilidade às coisas que estão acontecendo.

A SRA. PRESIDENTE (Soninha Francine) – Concordo.

O SR. JOÃO GABRIEL GUIMARÃES – Porque se a gente deixar que as coisas fiquem invisibilizadas, aí é que elas estão, de verdade, vulneráveis.

A SRA. PRESIDENTE (Soninha Francine) – É lógico.

O SR. JOÃO GABRIEL GUIMARÃES – Então acho que tem um compromisso do Legislativo, da população que está aqui acompanhando, de que as pessoas que estão aqui para revelar o que está acontecendo têm que se sentir protegidas, porque elas estão num processo oficial, dentro do processo legislativo, numa comissão de direitos humanos. Se aqui ela não se sentir acolhida, onde ela vai se sentir acolhida?

A SRA. PRESIDENTE (Soninha Francine) – Obrigada, João.

A SRA. MARCELA – Eu sou a Marcela, eu faço parte técnica da Secretaria Executiva do Comas. Não gosto muito de falar em microfone, sou muito tímida. Enfim.

Estou há dez anos no Conselho, entrei no concurso de 2008, e o tempo no Conselho é um tempo de desassossego para equipe, já que ela vem passando, ao longo desses dez anos, mas, agora, de dois anos para cá, algo que se intensificou muito: teve um desmonte da equipe nesse processo todo. Hoje, os remanescentes desses dez anos lá no Conselho sou eu e mais um outro técnico, que é o Max. E a justificativa, sempre quando tiravam os servidores, era sempre culpabilizando a equipe que lá estava. Assim foi indo. E

agora nós entramos num processo que, a cada quatro meses, a Secretária Executiva é trocada do Conselho.

A SRA. PRESIDENTE (Soninha Francine) – Quero registrar a presença do novo Secretário-Adjunto de SMADS, o Sr. Marcelo Del Bosco.

A SRA. MARCELA – Além desse desgaste emocional para a equipe, a incerteza da própria chefia que a gente tem, tem acontecido essa questão de sempre culpabilizar os técnicos – sobretudo, por entrarem nas comissões; pela questão das visitas do Conselho. A gente sofreu, agora, um processo no Conselho, no qual uma das etapas da avaliação da inscrição do Comas é a visita pelo pessoal da área, das supervisões. Esse processo foi retirado do Conselho, essa questão das visitas, mas indiretamente. Foi através de uma ordem interna do gabinete, para que os processos não saíssem mais do Comas, que eles fossem analisados somente pelo Conselho.

A SRA. PRESIDENTE (Soninha Francine) – Peraí, deixa eu entender melhor: quais processos?

A SRA. MARCELA – Os processos de inscrição das organizações sociais.

P – De solicitação das organizações de uma inscrição no Comas?

R – Exatamente.

P – O que é que foi dito?

R – Então, na verdade, nós tínhamos dois servidores, eu e o Max, com horas suplementares de trabalho. E simplesmente, de um mês para o outro, foram suprimindo as horas, foram extinguindo. A gente conseguiu, através de uma reunião no gabinete, tentar entender essa situação. Isso porque nos foi dito que a gente havia tirado a Secretária Executiva, que a gente teria tido um problema com a chefia, e, por isso, teriam tirado as nossas horas. Nessa reunião para tratar das horas, no gabinete, simplesmente, usaram da questão das horas para falar dessa questão das inscrições no Comas. Disseram que tinham muitos processos no Comas ainda, para que a gente agilizasse. E eu, inclusive, disse que, com os

técnicos, quase não tinham processos, que o que teriam seriam os processos que ainda iriam para a área, para serem visitados. Isso foi dito abertamente: “Esquece, os processos não vão mais para a área; não saem processos do Comas”. Isso eu tenho gravado, porque eu tenho gravações das reuniões. Inclusive, nessa reunião, foi solicitado que a gente fizesse um pacto com a Secretaria de que a gente trabalharia para a Secretaria e não para os conselheiros, que a gente não trabalharia para os conselheiros.

O SR. JOÃO GABRIEL GUIMARÃES – Esse pacto foi em troca de vocês recuperarem as horas perdidas?

R – Exatamente. Então voltaram as horas suplementares em troca de que a gente trabalhasse para a gestão, para a política da Assistência Social, que, no caso, estava na gestão. Nós somos do gabinete, agora.

Quando eu assumi no concurso, a minha lotação foi para o Conselho. Então na nossa FFI sempre veio a lotação Comas.

P – FFI?

R – É a folha de frequências. E simplesmente a nossa folha de frequência dos últimos meses, esse ano, na verdade, que a gente percebeu isso, que foi logo depois do decreto de reestruturação da Secretaria, em janeiro ou fevereiro, as FFIs começaram a vir como gabinete do Secretário, e não mais Comas. A gente teve informação de uma servidora do RH que nos disse que, na verdade, não existe mais a lotação Comas, que agora a gente é do gabinete. Então a equipe ficou atrelada ao gabinete. Inclusive, perdemos as horas suplementares porque... A gente ficou 40 dias, na verdade, justamente num processo de eleição do Comas sem chefia. Foram 40 dias sem chefia. Foi no dia 6 de abril que a Secretária Executiva se desligou, e ficamos 40 dias até uma nova Secretária Executiva assumir. Nesse período, foram tiradas as horas da gente, sob a alegação de que teríamos brigado com essa chefia; de que teríamos facilitado a saída dessa chefia.

P – Isso foi dito a vocês?

R – Isso tudo foi dito a nós.

P – Que vocês perderam as horas porque vocês tiraram a Secretária Executiva?

R – Exatamente. Ela saiu no dia 6, e a eleição do Comas foi no dia 14 de abril. Eu até fiquei emotiva nessa reunião que teve porque eu, sobretudo, trabalhei dia e noite, bem dizer, para esse processo eleitoral. Eu tive muitas horas. E simplesmente, de um dia para o outro, tiraram as horas. Lógico que tem um impacto financeiro, que a gente nunca foi valorizado naquela equipe. E, agora, sim, você trabalha, e, simplesmente, “olha, não é mais isso”. Então é aquilo que a gente comentou no início: a questão de se sentir mesmo desvalorizado e de não ter o reconhecimento do compromisso que a gente tem com o nosso trabalho. Enfim, essa foi a primeira reunião.

Sáímos da reunião. Não conseguimos nem responder se “sim”, se... enfim. Voltamos para o Conselho. A Comissão de Relações Interinstitucionais – CRI – não aceitou essa mudança de fluxo. Eles acharam importante que os processos continuassem indo para a área, sim, que mantivesse essa etapa das visitas. E, nesse ínterim, a Secretaria Executiva e a equipe técnica cumpriram o que foi solicitado pelo gabinete: os processos não saíram mais da área. Ah, esqueci de dizer que, nessa reunião, também foi solicitado que nós fizéssemos apenas uma análise documental dos processos. Fizemos tudo isso, analisamos documentalmente os processos, suprimimos as visitas e deixamos para a Comissão analisar os processos com uma cota da equipe. Os processos estavam parados nesse processo, porque virou uma verdadeira guerra entre Conselho e Secretária. E nesse interim, mais ou menos em maio, saiu o processo de remoção, aberto pela Secretaria, para toda a SMADS. Na remoção, o único setor que tinham três vagas era o Conselho. Foram ofertadas três vagas, sendo que estávamos em três técnicos no Comas.

O SR. JOÃO GABRIEL GUIMARÃES – Ou seja, a alegação da Secretaria de que a lotação do Comas estava extinta era uma mentira?

A SRA. MARCELA – Porque saíram para o Comas, as vagas, e não para o

gabinete. A gente até subiu no RH para verificar se eram as nossas vagas, porque três vagas. Inclusive, eram duas vagas para a tarde e uma para a manhã, justamente o quadro defasado do Conselho. Foi-nos dito que não, que não eram as nossas, que eram três a mais. A gente até se assustou: seis técnicos; finalmente, a equipe vai ser recomposta. Isso porque, regimentalmente, são previstos, no mínimo, quatro técnicos, sendo três administrativos. Hoje, estamos com uma administrativa; estávamos em três e receberíamos mais três assistentes sociais, além da Secretária Executiva.

Nesse ínterim, agora, da remoção, as meninas chegaram. Nós fomos chamados no dia 30 de outubro novamente, eu e o Max no gabinete. Sempre os emails vêm com “reunião”, sem assunto. Eu até perguntei qual era o assunto da reunião, mas não tive devolutiva. E cheguei a essa reunião, com a presença da Coordenadora do RH e da gestão do SUAS, que nos solicitou que nos retirássemos do Conselho. Estávamos sendo convidados a nos retirar do Conselho. Eu perguntei se eram só nós dois: “Sim, só vocês dois”. E ainda lá na reunião ofereceram, próximos às nossas residências, só que eu falei que eu precisava pensar, porque a gente tem toda uma vida estruturada. São dez anos trabalhando no Centro, no Conselho, e a gente faz outras atividades ali também. Falei que iria pensar. Enfim, disseram algumas outras vagas possíveis – Parelheiros, Jardim Ângela. Enfim, eu disse que eu iria pensar nas vagas. E aí a gente perguntou se tinha um período para a gente dar a resposta. Isso foi numa terça-feira. “Sim, no dia 1º”. Então a gente teve três dias, na verdade, para dar essa devolutiva no RH.

Nós não fomos ao RH. Nesse ínterim, os conselheiros, que gostam muito do trabalho que a gente executa, conhecem o nosso comprometimento com o nosso serviço, fizeram uma nota de repúdio a essa questão da remoção. Ah, esqueci de dizer um ponto crucial: eu perguntei os critérios pelos quais estaríamos sendo removidos, e foi nos dito abertamente que era uma decisão do chefe de gabinete, e que o Conselho demorou muito a se posicionar na questão das visitas das organizações sociais. Eu disse: “Mas, olha, a parte técnica que os processos não saíam da área nós fizemos”, assim como também a análise

documental. A gente cumpriu, então não estou entendendo onde que teríamos poder de decisão quanto a isso. Mas não, falaram que o Conselho demorou muito a se posicionar. O Conselho achou isso um absurdo, emitiu essa nota de repúdio quanto ao fato de as visitas terem sido usadas contra a equipe técnica. E aí teve o ato, que foi no dia 3. O atual Secretário tinha acabado de assumir, o José Castro, e ele teve um compromisso de que ele iria voltar nessa questão da remoção minha e do Max, e, inclusive, estava voltando com a questão das visitas. Então foi revogada essa ordem interna das visitas, os processos voltaram para SAS, o fluxo que havia anteriormente.

Aí a gente teve, agora, essa semana, uma reunião novamente com a nova Chefe de Gabinete, a Sra. Francine. E foi aberto que não tem como ficarem seis técnicos no conselho. Então a gente precisa escolher quem quer ficar, quem não quer ficar. Está sendo feita uma conversa, uma sondagem, para ver quem vai sair. E isso gerou um clima de desassossego novamente na equipe. As meninas acabaram de chegar, estão há um mês no Conselho, contra a experiência de quem está lá há dez anos. Ficou uma situação muito chata. Estamos nessa, nesse processo de pensar.

O SR. [REDACTED] – Acho interessante frisar que os relatos tem uma orientação do Sindicato em face das questões que tem acontecido de que todas as vezes que um trabalhador entra numa conversa de gabinete, grave, felizmente, nós temos gravações de tudo.

A SRA. PRESIDENTE (Soninha Francine) – Secretário, o senhor conseguiu ler o requerimento. Eu quis começar a ouvi-los e tomar pé da situação do jeito mais aprofundado. Ainda não ouvimos todas as pessoas. Ainda tem as três pessoas que não se manifestaram, os representantes do sindicato e algumas trabalhadoras já relataram seus casos. Vou tentar fazer um resumo do que vem sendo colocado e aí vocês acrescentam alguma coisa. Tudo está sendo gravado, será transcrito, então, é possível consultar depois os depoimentos na íntegra.

Em suma, Secretário, o que tem acontecido são duas queixas principais: a utilização de remoções, como forma de ameaça, ou de punição. Em geral acontece em

seguida, situações de conflito com a coordenação, com a supervisão ou com organizações sociais parceiras, depois de uma reclamação de uma organização parceira em relação a uma manifestação de técnicos da assistência social. Remoções súbitas, sem comunicação anterior, sem preparação em que o próprio trabalhador fica sabendo pelo diário oficial, quer dizer, não tem nem a possibilidade de fazer uma transição, de concluir o seu trabalho.

Chega numa outra unidade como alguém que foi transferido nesse procedimento, é recebido por uma nova equipe por alguém como alguém que foi removido em decorrência de alguma situação de conflito e também outra reclamação muito recorrente é a sobrecarga, falta de condições materiais, falta de respaldo técnico, a recusa de passar informações e orientações por escrito, muitas orientações são feitas oralmente. Pelo fato de haver esse processo de punição não velado, mas sem que se siga um procedimento formal se quer se abre a possibilidade de defesa do contraditório. É tudo muito sumário, abrupto e sem documentação nenhuma a não ser o que os próprios trabalhadores fazem guardando e-mails, gravando conversas, são feitas reuniões e são chamados para reuniões sem explicação de o porquê da reunião, são convocados a comparecer ao RH sem que se diga o porquê dessa convocação e sem ata de reunião, sem registros formais. Isso tudo vem gerando abalos institucionais e pessoais, muito sofrimento, muita procura de serviço ao atendimento psicológico do sindicato, com uma frequência que não corresponde ao número de trabalhadores da assistência social no total. A assistência social tem sido vítima dessa situação de pressão, de coação, de assédio num grau que não tem paralelo em outras Secretarias.

A Secretaria de Saúde tem milhares a mais de servidores e o serviço psicológico do sindicato não é demandado pela Saúde como vem sendo demandado por trabalhadores da assistência social.

Existem algumas reivindicações, demandas concretas, mas como nós não terminamos de ouvir os trabalhadores eu gostaria de terminar essa parte da escuta, para depois tratarmos do que nós esperamos ouvir do Secretário.

Tem a apalavra o Sr. Rodrigo Diniz.

O SR. RODRIGO DINIZ – Bom dia, meu nome é Rodrigo Diniz, eu sou assistente social do CRAS Anhanguera. Trabalho há dez anos na Assistência Social. Primeiramente trabalhei na Secretaria do Trabalho e agora nesses últimos dez anos na Assistência.

A gente vem vivendo algo que me parece que é muito sofrido para todos nós trabalhadores. A gente tem um processo de desgaste muito forte, emocional, que acarreta na materialidade da vida. A gente compreende que nas relações de trabalho, a forma de trabalho. Essa é uma Secretaria pequena em relação às outra e possui níveis, reconheço que somos bastante qualificados no que fazemos, no que nos propomos a fazer, na defesa de uma política de proteção social pública de qualidade. A gente vem fazendo esse trabalho de fortalecimento não só de uma política pública, mas da cidade. Quando a gente fala em proteção social, nós estamos falando de uma cidade que esteja voltada à proteção. Reconheço nas falas dos colegas todos essa preocupação. Muito além de preocupações individuais a preocupação que a gente tem em relação ao desenvolvimento do trabalho e como ele pode garantir proteção social aos usuários e à população.

O usuário se mostra muito solidário e a gente acha que é para isso o nosso trabalho. Fazer esse trabalho mediante processos aos quais a gente vem percebendo e sofrendo é muito difícil. Essas remoções compulsórias são bastante graves porque interceptam o próprio princípio da política pública e do princípio da proteção social. O compromisso democrático do fazer, tanto o que deve se esperar da gestão, como também dos trabalhadores da execução desse trabalho.

Quero destacar também outra situação. Nós trabalhadores temos o direito pela legislação de qualificação profissional. A gente tem uma política nacional de educação, no âmbito do SUAS e um plano de educação permanente na cidade, em relação à educação também dos trabalhadores. Trabalhamos numa área complexa que exige de todos nós constante qualificação e constante processo de aprimoramento.

Ocorre que, quando a gente se move, a Secretaria pouco tem ofertado ações de qualificação aos trabalhadores. Em outras épocas a gente já viu isso muito mais presente nos últimos três anos a gente pouco tem obtido processos formativos de qualificação profissional. Trago uma experiência que é a priori parece muito pontual, mas diz muito sobre a realidade de nós trabalhadores porque eu vivencio isso, mas é algo que está posto no âmbito do trabalhador, qual seja: nós temos o benefício, pelo estatuto, de licença para tratar de assuntos pessoais. Claro é de gozo da Secretaria indeferir ou deferir esse pedido.

Eu trabalho há dez anos na Secretaria e estou fazendo doutorado em Serviço Social, inclusive, a minha tese é sobre território e proteção social, algo que tem a ver e que versa diretamente com o trabalho. Acho que quando a gente se qualifica profissionalmente não sou eu só, embora o processo e o título sejam individuais, mas todos ganham. O setor e a Secretaria onde você trabalha ganha e a Prefeitura e cidade ganha, porque é uma qualificação que a gente percorre. Não percorre porque acha legal, percorre porque tem necessidade. A gente precisa pensar em questões, precisamos nos qualificar.

Estou desde setembro pedindo essa licença porque passei por um processo seletivo público de bolsa de estudo e fui contemplado por uma bolsa do CNPQ, que exige que o estudante tenha dedicação exclusiva para a pesquisa, até porque é investimento público. Então, estou pedindo essa licença já há algum tempo na Secretaria. Fiz esse pedido via protocolo, fluxos administrativos de RH, fizemos essa articulação com o sindicato também não foi possível, não tivemos êxito no diálogo em relação a isso. Tivemos uma tentativa dos professores das PUC também fazerem uma articulação, um movimento estudantil e também não foi possível. Tivemos um contato com o gabinete do Prefeito e fomos recusados.

Qual foi a justificativa da Secretaria? Que não há trabalhadores e, portanto, não se pode liberar um trabalhador. Essa justificativa friamente ela é aceita, mas se pensarmos um pouco mais sobre ela não deve ser aceita ou pelo menos não problematizada. Primeiro porque chamamos 50 assistentes sociais do concurso. A área em que eu trabalho há número de

técnicos e as duas chefias, mediata e imediata liberaram, está na questão do gabinete essa liberação. Outra, um trabalhador ser responsabilizado pela falta de profissionais da estrutura de uma Secretaria ou da Prefeitura é razoavelmente justo a gente pensar assim?

Eu penso que devemos refletir para todos nós. Não sei a que nível essa não liberação está pautada sobre essa justificativa ou se há outras questões porque todos nós ganhamos com a qualificação profissional de um trabalhador, hoje é o meu caso, o caso da Fran, mas como é que a SMDS ganha com isso a longo prazo? Foi dito inclusive na reunião com o sindicato que prefeririam que exonerasse do que conceder a licença. Sinto-me moralmente assediado em relação a isso porque para um trabalhador que dedica a sua vida, fico emocionado em relação a isso, porque a gente se dedica a essa vida, essa política a essa cidade há muitos anos e é esse tipo de resposta que eu tenho que ouvir? Se eu quiser estudar, eu que saia da Prefeitura, um concurso que eu passei, uma vida dedicada?

Nesse sentido faço um apelo aqui sobre as nossas causas porque são causas sem dúvida alguma parecem pontuais, mas reverberam a questão coletiva e o tipo de gestão que está sendo empregada nessa Secretaria. Fico feliz que a Secretaria esteja aqui presente para dialogar conosco e esteja aberta a esse processo de diálogo.

O SR. JOÃO GABRIEL GUIMARÃES – Só um aparte para um dado importante. Primeiro que a resposta, as duas respostas que eu ouvi pessoalmente do atual Secretário, então Secretário Adjunto José Castro, realmente, nós temos uma necessidade de serviço, o próprio sindicato aponta a falta de profissionais, isso é fato. E ele fala que é melhor para a Secretaria que o funcionário exonere da Prefeitura, porque assim há uma vaga aberta que pode ser disponibilizada.

E a licença sem vencimentos para mim é um espanto porque, primeiro, acreditamos e isso, inclusive, é praticado em outras secretarias, em especial na Secretaria de Educação. A previsão de que o profissional ao longo da sua trajetória de carreira tenha momentos em que se dedique ao processo formativo porque isso é um preceito da Administração Pública. O

profissional precisa se especializar e é cobrado disso porque se não o fizer fica estagnado na carreira. Essa é uma exigência da carreira pública.

O que nos causa ainda mais espanto é que fomos fazer a nossa lição de casa e fomos averiguar. Eles estão negando a liberação do Rodrigo, mas por que concederam outras quatro liberações num período. Qual é o critério?

Sabemos por que as conversas circulam nos corredores. A conversa é: porque você pediu para a pessoa errada, você tem de pedir para a pessoa certa para sair. Sentimos que o critério da impessoalidade passa longe, inclusive, questionei por que essas saíram. Estão no *Diário Oficial*. Por que essas remoções saíram? O que essas pessoas reúnem de quesitos que faz com que elas tenham o direito à remoção e outras não.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. JOÃO GABRIEL GUIMARÃES - A licença sem vencimentos. É isso.

A SRA. PRESIDENTE (Soninha Francine) – Obrigada, João. Tem a palavra a Sra. Francilene.

A SRA. FRANCILENE – Bom dia a todas e todos. Sou a Francilene, mas todo mundo me chama de Fran. Hoje minha presença aqui decorre infelizmente, não gostaria de estar reunindo aqui hoje, mas decorre ao fato de eu também ter sido uma das trabalhadoras que sofreu uma situação de assédio moral, violência institucional. No meu caso talvez não ficou tão desconfigurado o assédio por causa da continuidade, das ações, mas enfim, com o atendimento da Carol foi avaliado que se configurava uma violência institucional sim.

Também, assim como a maioria aqui, tenho 10 anos de Secretaria. Fiz 10 anos esses dias, no dia 19. Trabalhei praticamente sete anos em Guaianases. Foi lá que fiz a minha carreira profissional e há mais ou menos quatro anos, pelo trabalho que desenvolvia lá, fui chamada para compor a equipe da produção especial que fica lá no gabinete. E fiquei lá por quase três anos junto com outra colega, também assistente social, sendo referência para os CREAS da Cidade e o Serviço de Proteção à Vítima de Violência. Também, junto com a

Vanessa, coordenava a Comissão Municipal de Enfrentamento ao Abuso e Exploração Sexual, que é a CEMESCA.

Fiquei lá esse tempo todo desenvolvendo esse trabalho. Nunca nesse período tive alguma avaliação negativa do trabalho desenvolvido. Pelo contrário, inclusive, por esse trabalho desenvolvido que me dava, enfim, bastante satisfação. Fui uma das pessoas que permaneceu na Coordenadoria mesmo com a mudança de gestão porque apostávamos que indiferente do Partido que estava assumindo, o nosso compromisso ali era com as equipes e com os usuários do SUAS.

Enfim, permaneci um ano e meio na gestão atual e sempre com posturas técnicas, defendendo a política, encontrando outros parceiros na equipe e nas coordenadorias, nos CREAS, então infelizmente junto com essa minha dupla acabei acompanhando muito de perto a situação do CREAS Butantã.

Estava até falando para a Flávia hoje cedo que ontem procurando um arquivo para outra colega que me pediu informações sobre a ausência de recursos humanos na Cidade e lembrei que um dos inquéritos civis, uma das respostas para o inquérito civil fui eu que fiz, ainda na Especial. E procurando o documento ontem à noite encontrei uma pasta do CREAS Butantã, desde 2015, de todos os eventos que acompanhei, todos os assédios que elas sofreram, troca de emails com a Márcia, Ariene, Flávia e estávamos sempre muito próximas dela.

Enfim, mas o que ocorre, como todos aqui disseram, nesses últimos dois anos, quando essa nova gestão assumiu, infelizmente por termos essa postura de defesa do SUAS e uma postura mais técnica, começamos a ser mais perseguidas. Também não podemos deixar de lembrar aqui, houve algumas situações na gestão passada, mas conseguíamos ainda dialogar, por em pauta e tratar isso em mesa de negociação. Mas isso se acirrou muito fortemente nesta última gestão.

O meu pesadelo começou há um ano e meio numa reunião que participei no

gabinete, porque como mudou muito a equipe da Especial, enfim, durante o tempo que fiquei lá foram quatro coordenadores. Ninguém conseguia ficar mesmo porque realmente o tom, na minha avaliação hoje, técnica, passou a ser um tom bastante descomprometido com a política, uma coisa bem arbitrária e caseira mesmo.

Então as pessoas que tinham essa postura de querer defender o público, a coisa pública, o sistema, não conseguiam ficar e acabavam sendo retiradas. Então podemos pensar que a metodologia de remoção está presente desde o primeiro dia da gestão, da forma como as colegas também foram chamadas a sair, assim como nós, removidos arbitrariamente.

Mas resumindo para não me estender muito, participei de uma reunião no gabinete, em julho de 2017, em que se discutia a questão da redução do orçamento. Não ia ter dinheiro para pagar os serviços até agosto. E o que foi dito na época é que o Secretário solicitaria apoio do Governo Federal para conseguir chegar até o final do ano e fechar os compromissos. E o que estava sendo discutido lá, inclusive, subi para ajudar a Coordenadora que assumiu na época e tinha sido trazida de um setor administrativo, embora tivesse compromisso, fosse alguém interessante, não sabia nada do SUAS, e me chamaram para ajudar nesse diálogo.

E a discussão era: não temos dinheiro, vamos fechar os CDCMs. Os CDCMs que serão renovados não serão renovados.

A SRA. PRESIDENTE (Soninha Francine) – CDCM?

A SRA. FRANCILENE – Centro de Defesa e Convivência da Mulher. Os serviços que terminarão a vigência nos próximos meses não serão renovados porque não temos dinheiro.

A mesma coisa os NAPDs, Núcleo de Atendimento a Pessoas com Deficiência. E cheguei ao exato momento em que estavam falando isso na reunião e falei: gente, isso é um absurdo, essas pessoas precariamente sofrem com isso no território. Vai causar uma descobertura onde já há muito pouco atendimento. Aí a atual Gestora do SUAS, que de verdade não consigo nomear porque é uma pessoa que me causa tanto sofrimento que não

posso citar o nome dela.

A atual Gestora do SUAS á época ainda não era Gestora do SUAS, se não me engano, estava na Coordenadoria básica, e disse: essas mulheres se não forem atendidas pelos CDCMs que não vão ser renovados serão atendidas pelas equipes do NPJ, os núcleos de proteção jurídica que hoje executam o CREAS.

E aí ficou aquele diálogo entre mim e ela. Falei, mas os NPJs também não conseguem atender as suas demandas porque são sobrecarregados. Então essas mulheres serão desprotegidas. Foi naquela reunião que começou o meu calvário. E aí a reunião terminou, havia outras pessoas nessa reunião, outros técnicos. A rede soube desse conteúdo, soube que haveria a possibilidade de fechamento desses serviços e rapidamente se mobilizou. Os CDCMs se mobilizaram, fizeram nota, foram na Secretaria de Política de Direitos Humanos e denunciaram. E na verdade pedir esclarecimentos à Secretaria e a mesma coisa os NAISPs, os usuários de algumas organizações sociais fizeram um ato na porta da SMADS, queriam falar com o Secretário, como assim você pretende não renovar os nossos serviços.

O que eu soube pela própria Coordenadora que hoje não está mais na SMADS, que tinha por certeza absoluta, convicção e não provas, isso é muito comum nessas gestões, de que fui eu que fiz o vazamento da reunião para a rede. E que eu estava jogando contra a gestão. Então ali tudo começou.

Aí comecei a ser tirada de reuniões. Então não subia mais para o gabinete para fazer nenhuma conversa, mesmo sendo a pessoa, entre aspas, de confiança da gestão da Coordenadoria. Assim confiança naquelas, utilitarista, então a Fran é a mais velha na equipe que sabe de todas as frentes e se quero uma informação vou falar com a Fran. Então eu fazia atendimento desde CREAS a Pop Rua, pessoa com deficiência, população LGBT. A última manifestação que fiz foi sobre refugiados porque tinha feito uma pesquisa na PUC sobre refugiados e aí me chamaram para ir lá representar o Coordenador numa fala sobre refugiados com o Ministério da Saúde. Então assim, para isso eu servia, mas para subir no gabinete não

podia mais porque eu não era uma pessoa de confiança e poderia vazar...

Isso, nos últimos meses, era algo que permeava a minha presença. Ah, não fala isso para a Fran porque ela vai contar para a rede o que estamos tramando aqui. Estamos aqui tramando o jogo, ela vai vazar.

Enfim, o mais grave para mim aconteceu e posso dizer isso porque infelizmente foi uma amiga pessoal que estava nessa reunião. Teve uma reunião muito próxima a algum evento político, não lembro qual, na casa da antiga Coordenadora, Diretora da DRADEs, Diretoria Regional de Assistência e Desenvolvimento do Estado. Essa reunião foi num final de semana, algumas supervisoras de SAS mais vinculadas ao Partido foram chamadas e eu nem sabia dessa reunião.

E nessa reunião foi falado o meu nome. Nessa reunião a Rosane disse, sei disso porque uma das pessoas que estava nessa reunião é minha amiga pessoal, é servidora do Tribunal de Justiça, e me disse: meu Deus, o que está acontecendo na SMADS que você está sendo tão odiada por essa pessoa. E ela diz textualmente nessa reunião: nós não gostamos da Francilene, não vejo a hora dela sair do gabinete porque ela joga contra a gestão.

O Floriano estava nessa reunião. Inclusive, era uma reunião para pessoas que são próximas, acreditam no trabalho dele, enfim, e ele disse: não, isso não é verdade, eu conheço o trabalho da Fran há 10 anos, quando ela trabalhava no Sedes, ainda no atendimento à criança vítima de violência e isso que você está dizendo não é verdade.

Então ela não só ficava jogando essas ameaças e conversas descabidas sem provas causando suspeição sobre a minha pessoa como dizia isso em ambientes totalmente... Então é isso, a impessoalidade está totalmente minada em meu ponto de vista.

Resumindo, isso começou a ficar frequente. Isso foi me causando um processo muito difícil porque me sentia muito usada. Então quando precisavam de mim recorriam a mim, mas quando era para decisões em âmbito de gabinete eu era uma pessoa suspeita.

Até que no começo deste ano, e aí me identifico muito com a fala da Marcela, voltei

de férias, vários planos, tive reunião com o Coordenador da Especial atual, que permanece, o Nelson Alda. Ele fez reunião comigo, não demonstrou nenhum desapontamento com relação a minha pessoa, pelo contrário, dizia o quanto eu era técnica e que sempre recorria a mim por ser a mais antiga e estar mais a par de tudo.

E aí fizemos vários planos de formação com os CREAS; formação com as equipes do SPVVs; ampliação de SPVV. Foi uma reunião supertranquila, fiquei superanimada, até falei, acho que passou aquela fase de suspeitar. Estão confiando em mim agora. Sendo que, só voltando um pouquinho, dois meses antes, em novembro, existiu a primeira tentativa de eu ser chutada. Acho que essa palavra que a Carol usou foi exatamente isso. Dói, mas é isso que aconteceu. Ser chutada de volta para Guaianases.

Fiquei esse tempo todo na SMADS lotada em Guaianases. Acho que essa é uma característica que o João bem lembrou. Então do ponto de vista funcional não existe, além dos meus emails, dos meus registros, nenhuma prova funcional de que eu fiquei na SMADS, no gabinete, esses anos todos. E foram praticamente três anos. Houve uma primeira tentativa em novembro. Fui informada de uma forma bem ruim, nem foi por ele. Eu soube por alguém. A Supervisora atual de Guaianases soltou para alguém da equipe: a Fran vai voltar para o território, vocês estão sabendo?

E ela me contou. Falei, eu voltar para o território, não estou sabendo de nada. Fui falar com ele. E ele disse, ah então, realmente, eu ia te dizer, mas você soube antes de mim. É verdade, você vai voltar para o território. E aí toda a equipe se mobilizou, chamou para uma reunião. Disseram que era inaceitável, que eu tinha vários projetos sendo tocados ali. Enfim, a equipe se manifestou e me segurou lá por mais um tempo.

E a partir daí, entre aspas, mantivemos uma relação de aparente confiança. Quando fui abrir o meu holerite de fevereiro, dia 22 de fevereiro, na web, vi que as minhas horas suplementares tinham sido tiradas. Essa também é uma característica. Achei estranho porque afinal de contas eu tinha 10 horas e como a Marcela disse, isso para nós tem um

impacto financeiro. Isso corresponde a 700, 800 reais.

Fui conversar com o Nelson, dizer que abri meu holerite e vi que as minhas horas suplementares foram tiradas, você está sabendo de alguma coisa? Ele falou, não autorizei a retirada das suas horas suplementares, está tudo ok. Mas tenho que te dizer, você vai ter de voltar para Guaianases. Você não vai mais ficar aqui e aí fiquei assim em estado de choque.

Nem acreditei porque como assim, fazemos uma reunião de planejamento semestral, tipo cinco dias antes e aí do nada a pessoa me fala isso. Ele disse, vai ter um rearranjo e preciso que a equipe tenha a minha cara. Estou dizendo textualmente porque foi exatamente isso que ele disse, eu preciso que a equipe tenha a minha cara e também pesou o fato de numa conversa que tivemos esses dias, inclusive, nesse dia do planejamento, você ter dito que eu estava parecendo com a antiga Coordenadora e não aceito ser comparado com a Bel Bueno, que foi nossa antiga Coordenadora, todos aqui a conhecem.

Eu falei, como assim, falei que você parecia com ela no sentido de que você não para mais aqui, você tem muitas demandas, que é uma vida louca estar na Especial. Todo mundo sabe disso. Não, de verdade, em nome das minhas filhas, não estou mudando uma vírgula do que foi falado.

Falei, mas é imediatamente, vou poder passar para as pessoas, para quem vai assumir as minhas ações, porque eu estava em muitas frentes. A continuidade. Foi isso que a Carol falou. Ele, então se você puder ficar mais alguns dias, eu agradeceria, para passar. Aí fui para casa tipo destruída, já acionei o Zé Castro na hora. Liguei para ele chorando, ele estava numa reunião. Ele falou o que foi, calma, vou te ligar, fica calma. Aí contei tudo para ele o que estava acontecendo. Falei da perseguição da Rosane. Ali foi o momento que abri mesmo o jogo de quem era ela. E que o Nelson estava fazendo isso a serviço dela, cumprindo ordens, é isso que mais escutamos. Ele me ligou. Eu contei para ele e ele falou: “Então, vamos nos ver amanhã?” Acho que o dia seguinte seria dia 23 de fevereiro desse ano. Aí, no dia seguinte, eu cheguei, subi e falei com ele. Aí, ele me atendeu e foi supersolícito em ouvir e tal, mas o que

ele me disse foi o seguinte: “Olha, eu não posso ir contra uma decisão da minha equipe. Se eu tornar sem efeito a decisão do Nelson eu ponho em descrédito a minha equipe. Eu não posso fazer isso. O que eu posso fazer para você porque eu gosto do seu trabalho é, se você vir outra coordenadoria aqui dentro que a possa receber, da minha parte, não tenho nenhuma objeção.”

Aí, eu comecei a fazer as articulações com as coordenadorias que eu sabia que poderiam me receber. Aí, eu cheguei a achar uma oportunidade lá dentro da SMADS, mesmo. Isso seria muito bom para mim. Já finalizando, é porque na época eu dava aula na FMU. Então, para mim, era muito perto. Eu ia andando para a FMU. Faço doutorado, assim como o Rodrigo, na PUC. Então, assim, dali para a PUC, em 10 ou 15 minutos estamos na PUC e eu ia andando para lá. Falei tudo isso para ele.

Consegui a vaga em outra coordenadoria e, depois de algum tempo, assim, no mesmo dia, por WhatsApp, eu recebi a informação de que eu não poderia ficar em nenhuma coordenadoria. A Rosane tinha dito que nenhum coordenador poderia me receber, porque a minha saída era uma ordem expressa dela – dela e do Nelson. Eu não poderia ficar lá e era para eu me apresentar em Guaianases. Aí, acabou qualquer possibilidade de eu fazer o processo de passagem. Eu fui tolhida disso e no dia seguinte eu já tive de me apresentar em Guaianases. Então, eu fiquei, desse dia, várias semanas...

Aí, eu peguei um pouco das horas que eu tinha. Eu tinha bastantes horas trabalhadas, porque, como as meninas, aqui, trabalhava dia e noite. Entrava na SMADS às 8h e ficava até de noite, fazendo as coisas, dando conta das demandas. Depois, entrei de licença médica. Infelizmente, não consegui ficar muito tempo assim, como o médico indicou, porque temos as necessidades materiais objetivas e, já sem horas suplementares, não podia abrir mão de perder o vale-refeição e essas coisas que parecem, assim: “Nossa, mas 400 reais?” Quatrocentos reais fazem diferença na minha vida, como arrimo de família. Enfim, eu fiquei bastante tempo sem trabalhar, sim, nessas possibilidades.

Voltei, efetivamente, a trabalhar em março, no final de março, e tive, assim, um

privilégio. Acho que é importante, também, ficar registrado aqui, em ata, que fui muito bem recebida por uma supervisora que é, de verdade, muito humana, mesmo. “Super” entendeu o que aconteceu e até hoje me defende de coisas que acontecem.

Aí, finalizando, mesmo, as últimas coisas que aconteceram, foi que, em setembro ou no final de agosto, entrei com um processo de afastamento de uma semana, porque eu tive a minha pesquisa, de um artigo meu, aceita para ser apresentada em um seminário internacional de serviço social na Colômbia. Aí, entrei com todo o processo, conforme prevê o Estatuto, no prazo legal. Aí, começou.

Então, assim, a Rosane estava fazendo várias cotas no SEI. O SEI é público. Eu salvei todas as manifestações dela, questionando a minha ida, dizendo que a minha ida não era pertinente à minha relação de trabalho no território, que ela não tinha certeza se aquilo era viável ou não. Consultou o jurídico. O processo ficou tramitando. Eu fui para a Colômbia. Voltei e o processo não está finalizado.

Esses dias, liguei para a Controladoria e a Controladoria estava me cobrando o processo. Eu disse: “Olhe, já está instruído. Faltam os certificados.” Eu ia colocá-los, mas isso não era a questão. Enviei o *e-mail* para o RH, porque a própria Controladoria orientou: “Tudo por *e-mail* e formal! Nada de telefone e WhatsApp! É formal e *e-mail*.” Mande o *e-mail*. Registre o *e-mail*: “Senhora Coordenadora de RH, por favor, quais são os desdobramentos do meu processo? Ainda não foi publicado o afastamento. É uma situação até ilegal.” Mande, com cópia para o RH.

Aí, recebi um *e-mail* super-hostil, perguntando por que eu tinha copiado o RH e a Francine do gabinete, dizendo que aquilo era desnecessário, que já estava tudo resolvido e que o processo estava parado por minha culpa, porque eu não juntei não sei o que ao processo, sabe? Então, foi nesse nível.

Mais recentemente – aí, vou finalizando, mesmo, de verdade – eu fui questionada. A Coordenadora de RH, que é essa colega que, quando a questionamos, ela fala que só

cumprir ordens, liguei para minha Supervisora. É sempre isso. Não é por *e-mail*. É sempre informal. Perguntei por que eu estive no ato da Márcia. Participamos, aí, como servidores, de um ato em frente à Secretaria, no dia 24 de outubro, cobrando da SMADS um posicionamento com relação ao desaparecimento da Márcia e à postura absolutamente desumana com que estava sendo tratada a situação, porque não aceitávamos que, além de ela estar desaparecida fisicamente, fosse desaparecida enquanto servidora. É isso que, a nosso ver, o gabinete fez, lamentavelmente.

Nós estivemos nesse ato e a Chefe de RH ligou para minha Chefia, perguntando por que a Francilene estava no ato, à porta da SMADS, em horário de trabalho, sendo que eu inverti o horário naquele dia. Trabalhei das 8h às 14h e, de lá, depois de fazer meu horário de trabalho, segui para a SMADS. Então, é nesse nível. Eu fiquei, assim, indignada e falei para a minha Supervisora que, então, eu queria minha folha de ponto para refazer a minha folha. Aí, ela aceitou e devolveu minha folha de ponto. Estamos nesse pé, agora.

Então, assim, é só para dizer que essas perseguições, no meu ponto de vista, começam, realmente, de uma forma totalmente pessoal. É pessoal. Não existe nada de coisa pública, de interesse público. Ela é continuada. Então, acho que é um pouco disso.

A presença, aqui, hoje, é como a Vereadora Soninha Francine colocou no começo. Aí, de verdade, agradeço à Comissão por ter dado esta oportunidade para nós, para que consigamos minimamente ter um pacto de concluir isso ou interromper. Não sei, mas é algo... Que nós nos voltemos, mesmo, para o que está no Estatuto. Que nos voltemos para a legalidade. O que estamos pedindo não é nada demais. Não é uma coisa absurda. Nós queremos o restabelecimento da legalidade. Acho que é isso.

A SRA. PRESIDENTE (Soninha Francine) – Obrigada, Sra. Francilene. Agora, Secretário, temos mais uma manifestação, da Sra. Ariene Lopes, e temos um compromisso de terminar a reunião ao meio-dia. Temos 20 minutos, ainda. Acho que serão 10 minutos para a Sra. Ariene e 10 minutos para as conclusões desta reunião, que é a conclusão de uma parte,

só.

A SRA. ARIENE LOPES – Bom dia. Minha história na Secretaria é um pouco longa se formos falar a respeito de todas as ações por que eu já passei e já sofri, de assédio e violência institucional.

Brevemente, em 2011, eu cheguei a ser transferida. Fiquei sabendo por *Diário Oficial*. Eu saí de Campo Limpo para M'Boi Mirim. Eu fiquei sabendo disso no dia em que eu cheguei para trabalhar. Abri o meu *e-mail* e no *Diário Oficial* estou sendo transferida. Fui, no outro dia, para M'Boi Mirim, já com o estigma da pessoa-problema.

A SRA. PRESIDENTE (Soninha Francine) – Desculpe. Quando foi isso, Sra. Ariene?

A SRA. ARIENE LOPES – Foi em 2011. Não me pergunte qual foi o motivo, porque, até hoje, não sei, mas também não procurei saber e fiquei em M'Boi Mirim até 2016. Em M'Boi Mirim, eu fiquei no atendimento e, depois, eu fui fazer supervisão dos serviços.

O que já foi falado a esta Mesa é que são uma prática, sim, dessa Secretaria essas ações até mesmo assistencialistas. É a troca de favores entre Organização Social e algumas representantes da SAS e da própria SMADS. É muito comum você ouvir falar: “Não se mexe com Organização, Ariene, porque, se você já saiu de Campo Limpo, o próximo lugar em que você vai trabalhar é na Lua.” Já ouvi isso algumas vezes.

Durante a Supervisão de M'Boi Mirim, eu começo a verificar que há até mesmo desvio de dinheiro público ocorrendo e sinalizo. Isso gerou um grande problema e as organizações pedem a minha saída. A minha saída ocorreu de uma forma muito abrupta. Eu cheguei de um serviço, fazendo Supervisão. A SAS me chamou e falou: “Você está fora. Não me importa o seu trabalho. Você está me dando problema no território e você está fora.”

Depois, a SAS saiu. Quem assumiu a nova SAS foi a Vilma, que hoje é a Coordenadora do CREAS Butantã, e ela me coloca de castigo. Eu fico um ano sem trabalhar. Ou melhor, eu tenho uma sala e eu tenho um computador só para mim, mas eu não preciso

fazer nada. “Você não faça absolutamente nada.” Já se passaram mais de dois anos. Então, não é isso que vimos discutir a esta Mesa, mas só venho sinalizar que isso é uma prática muito comum. É uma prática que veio se agravar, como vimos aqui, nesse último ano.

Eu sou convidada para trabalhar no território do Butantã pela Maxilene, para cobrir a licença-maternidade da Flávia, que está aqui. Ela me convida porque ela conhecia o meu trabalho. A questão do comprometimento, que já foi abordada aqui, realmente causa transtornos dentro da Secretaria, porque, quando você tem comprometimento, você busca conhecimento, você busca qualificação e logo você questiona, uma vez que as ações não são realizadas com base na legalidade. Quando você questiona, você incomoda muito.

Sabendo disso, eu fui para o território de Butantã, mantendo a lotação no Jardim Ângela, no CRAS M’Boi Mirim. Aí, aparecem no *Diário Oficial* minha nomeação no Butantã e a gestora da parceria do Butantã. Então, eu tenho como comprovar que eu atuei durante todo esse período naquele território.

Ocorre que, novamente, na minha prática, eu sou muito exigente, mesmo, com a legalização. Para mim, dinheiro público é coisa séria. Eu não estou lá para brincar e, sim, para executar uma política. Sou chata na Supervisão? Sou. Sou, sim, porque estamos trabalhando. Não estou lá para brincar. Começo a identificar algumas questões e sugerir mudanças junto a um serviço que é muito amigo da Rosane, da gestão SUAS. Aí, eu começo a sinalizar: “Olha, esse relatório está errado. Não dá para ir assim. Vamos mudar. Vamos alterar.” Tudo isso foi registrado, porque eu já passei por situações em M’Boi Mirim e eu aprendi que o registro é fundamental.

Essa organização foi pedir a minha saída para a SAS da época, que era a Cíntia, falando que eu era inadequada e que eu estava perseguindo a funcionária dela. A SAS da época não aceita a solicitação. Fala que não há nenhuma comprovação, que ela acompanhava o meu trabalho e sabia que não procedia essa denúncia. Não satisfeita, essa gerente do serviço abriu Boletim de Ocorrência e entregou na Corregedoria do Município. Foi aberto o

Processo de Averiguação Preliminar, no qual eu passei e foi identificado que não procedia nenhuma denúncia. Eu tinha provas de absolutamente tudo. Não satisfeitos, eles abriram uma nova solicitação na Corregedoria, falando que a comissão que foi instaurada era composta por meus colegas. Logo, o resultado estava comprometido.

Paralelamente a isso, continuava a pressão para a minha saída da Coordenação do CREAS Butantã. Passo pelo segundo Processo de Averiguação, novamente ilesa. Não há absolutamente nada a meu respeito. Muito pelo contrário, apresento várias provas de inadequação – inclusive, algumas da Secretaria.

Não satisfeita, a SAS saiu. Já que a SAS não me tirou, ela saiu. Quem assume... Ficou um tempo. Quem vai assumir é a Ana Paula Roland. A Ana Paula Roland está de férias. Quem fica um período é a Vera Mattos. Quando a Ana Paula Roland volta, no segundo dia, 19 de outubro de 2017, estamos em uma reunião de CREAS, ela chega à reunião, senta-se e fala: “Ariene, você está fora.” Foi exatamente isto o que ela falou. “Nesta gestão atual, quem não faz o que é mandado está fora. Então, como eu assumi, você está fora.” Pergunto por quê? Solicitação do gabinete em razão dos processos de averiguação. Eu respondo, mas o primeiro já foi comprovado que eu não tenho culpa e o segundo ainda está em processo. Não importa, você está fora. A Márcia, que faleceu, junto com a Flávia, da equipe do CREAS, tentaram conversar e convencer a supervisora, que era a Ana Paula Roland, de pelo menos eu permanecer no CREAS porque eu tenho e tinha um trabalho a ser executado. E muito bem avaliado, sejam pelas organizações, pelos usuários, por todos.

Eu permaneço, por uma questão que a Rosane não gosta, tanto é que ela me chamou nas minhas férias para discutir exatamente isso. Isso passou, eu pensei que essa situação já tinha sido normalizada, com o resultado do segundo processo de averiguação, até que a Ana Paula Roland sai e quem assume é a Rosana Norma Aparício. Até então continuava fazendo o meu trabalho, sem nenhum problema no território. Percebo algumas situações que poderiam configurar assédio, mas dentro de tudo o que já passei, a vida segue e eu vou

fazendo o meu trabalho.

Por exemplo, as minhas férias estavam marcadas para o dia 6, no dia 28, ela me chama para falar que minhas férias estão suspensas. Eu não falei nada. Ok, tudo bem, não tem problema, vou continuar a trabalhar, sem problema algum. Só que ela só informa ao RH da suspensão das minhas férias no dia 6, no dia em que deveriam ter começado as minhas férias, mas sem problemas, vamos seguir.

A SRA. PRESIDENTE (Soninha Francine) – Ela, no caso a supervisora?

A SRA. ARIENE LOPES – A supervisora. Não criei nenhuma questão a esse respeito. Eu já sabia que as coisas funcionam assim e têm brigas que não merecem a gente continuar porque é algo muito maior. Aí eu saio de férias, de fato, e no dia 14 de setembro, eu ainda estava de férias, quem assumiu a coordenação do CREAS foi a Márcia, que faleceu, ela retorna dia 10 de setembro. E aí ela é chamada para conversar na SAS, com a Rosana informando que a Rosane, gestão SUAS, pediu a minha transferência e a da Flávia. Quais foram os motivos? Era para eu me apresentar no dia 15 de setembro e eu estava de férias e no dia 17 de setembro era para eu me apresentar. Eu estava de férias e a Márcia me manda uma mensagem de *WhatsApp* falando que estavam pedindo a minha transferência. Eu perguntei qual era o motivo? Ela respondeu que não tinha, era pessoal, e que era a Rosane que queria. Isso eu tenho a conversa no *WhatsApp*. Eu disse: “Ok, Márcia. E aí a Márcia disse para eu não me preocupar, e que iria nos defender, que seria eu e a Flávia. Ela pede no mesmo dia uma conversa urgente com a Rosane e nesse mesmo dia estava acontecendo a mesa de negociação com o José Castro, onde foi decidido que as remoções só poderiam ocorrer, tinham que ser suspensas, e teriam que ter motivação de fato.

Enfim a Márcia vem no mesmo dia falar com a Rosane e informa que não tem motivo. Segundo a Márcia, a Rosane fala que eu dei problema no Campo Limpo, no M’Boi e agora tinha dado problema no Butantã. E qual seria o problema? Os processos de averiguação preliminar, que já tinha sido julgados, foram arquivados e eu fui inocentada. E ela também não

quer. E qual era a questão da Flávia? Ela disse que a Flávia também estava dando muito problema, então deixaria ela até dezembro na Penha para ela se acalmar e a Ariene mandaria para um lugar bem distante, onde ela pudesse ser coordenadora porque lá não tem ninguém.

Enfim, a Márcia não consegue segurar nenhuma das nossas transferências, a gente entra em contato com o sindicato e, na segunda-feira, quando eu retorno de férias tenho uma reunião, na SAS, onde a SAS estava presente na sala onde toda a equipe do CRAS e do CREAS presente também e aí a gente questiona a arbitrariedade dessa ação da remoção.

A Rosana... A SAS não sabe informar o porquê. Ela pede para sair e para telefonar. Aí ela telefona e nessa reunião eu pergunto qual o motivo da minha transferência. Ela não sabe informar, todos estão aqui de prova, e aí começa mais essa perseguição de pedir para retirar folha de ponto. A Rosana manda um ofício pedindo a minha apresentação no RH, a Rosane manda, a Rosana vai até o CREAS, às 17h50, para que eu receba. O ofício está sem assinatura, aí eu falo que não vou receber. Ela diz que é uma assinatura digital. Muito educadamente eu pergunto quais são as características de uma assinatura digital. Ela responde que não sabe, mas se eu não quisesse, ela chamaria a Rosane. Chamou a Rosane, só que deu 18h e eu fui embora.

Enfim, depois ela mandou por *e-mail*, fomos no RH, conforme a convocação. A Cristina do RH informa que um dos motivos da minha remoção seriam os processos de averiguação e que eu já dei problema no Campo Limpo e no M'Boi, mas a princípio seriam também os processos de averiguação. Aí continua a questão de tirar FFI e, enfim, chegou a tirar as nossas horas suplementares também. Houve também uma reunião com a Rosana em que ela afirma que a decisão da minha transferência era algo antigo e que só estava esperando algumas SASs chegar para executar. Qual o motivo? Ela desconhece, eu também desconheço.

Até que nessa loucura do desaparecimento da Márcia, a gente continua trabalhando normal, inclusive sem coordenadora. A gente se desdobra novamente porque tem

de garantir que o serviço seja executado. A nossa briga é pelo usuário sempre. Aí num belo dia o Nelson chega para apresentar a nova coordenadora do CREAS - Butantã, que é a Vilma a mesma que me colocou numa salinha durante um ano. Muito bem, nesse mesmo dia, eles me entregam um *ex officio* para que eu me apresente no CRAS Penha, na outra semana. Lembrando que antes eram duas remoções, agora é uma só, a Flávia já tinha sido esquecida. E eu iria para o CRAS Penha.

Numa das mesas de negociação que existiram por conta das nossas remoções, a Rosane informa que no CRAS Penha havia duas pessoas de licença-maternidade e precisava de gente lá. Guardem essa informação porque depois eu vou dizer o que eu fiquei sabendo a respeito. Aí eles dão esse *ex officio* para mim e não fazem nenhuma comunicação com serviços. Não tiram absolutamente nada, a ponto de eu dar conta e fazer a passagem dos casos. É como se nada tivesse acontecido, eu recebi o papel e no outro dia vou ter que ir lá. Chegou o dia de eu ir, como não saiu no *Diário Oficial*, eu não fui, e aí a Rosane me mandou um *e-mail* falando para eu me apresentar. Eu falei que não estava em *Diário Oficial*, aí ela disse por *e-mail*: “Então, amanhã estará, ok?”. E, de fato, no outro dia ele se lembraram e fizeram a publicação no *Diário Oficial* e depois eu me apresentei no CRAS Penha, conforme a publicação.

A respeito do trabalho isso não era importante, conforme a Rosane. O que eu deixei a coordenadora atual vai dar um jeito. Aí eu chego ao CRAS Penha, e fui muito bem recebida, para entregar o meu atestado. Eu estou de licença médica e fico sabendo que não há nenhuma gestante no CRAS Penha. Não há ninguém de licença médica e eles já receberam a pessoa da remoção. Lógico, e parece que isso de fato é um castigo, uma punição. Agora estou de licença, faço uso de medicação, coisa que nunca fiz, tudo por ter realizado o meu trabalho.

Eu acho que é isso. Só uma questão, a questão das horas trabalhadas que a gente chama de CHT – Compensação de Horas Trabalhadas. O CREAS Butantã tem um número, acho que como todos tem, um número bem expressivo, mas atualmente isso está sendo

ignorado, eu tenho mais de 200 horas e é algo que ninguém responde, ninguém fala como será descontado. É isso.

A SRA. PRESIDENTE (Soninha Francine) – Obrigada.

Secretário, é possível traduzir uma boa parte do que foi trazido para cá em demandas objetivas. Por exemplo, que as reuniões realizadas sejam caracterizadas como ato público, que tenha um registro oficial, uma ata, uma lista de presença. Que haja um compromisso com a realização regular de mesas de negociação com um calendário anual e que haja protocolos e procedimentos formais que garantam o compromisso com o resultado da mesa de negociação, como foi relatado aqui muito concretamente. Houve uma mesa de negociação em que a Secretaria se comprometeu a parar com as remoções abruptas, injustificadas, sem fundamentação, e elas continuaram acontecendo, sem fundamentação. Que haja documentação por escrito de todas as comunicações realizadas entre a Secretaria e as trabalhadoras e trabalhadores, que não seja por telefonema, ofício, comunicação oral sem registro.

Foi citada como exemplo positivo a política de remoções, a política de mobilidade adotada na Secretaria da Educação, com abertura de um período em que é possível manifestar o interesse por remoção, por transferência. Foi mencionado várias vezes o fato da irregularidade nas lotações das trabalhadoras e trabalhadores. Quem está lotado no M'Boi está trabalhando em Guaianases, quem está no conselho está em outro lugar, enfim, uma situação persistente de descompasso entre o que consta oficialmente como lotação e o lugar de efetivo exercício do trabalho, o que é um problema não só para a pessoa, é um problema para a leitura do sistema, para a análise de realmente "quem" realmente está trabalhando "onde", de quantas equipes estão completas, incompletas, o número de trabalhadores por população atendida. Isso vai além de uma questão administrativa interna, é uma questão da análise do trabalho da assistência social mesmo.

Enfim, tentar instituir formas objetivas, formais, transparentes, democráticas, legais,

para evitar tamanha subjetividade, tantos critérios pessoais, particulares, no relacionamento da Secretaria com as trabalhadoras e trabalhadores. Acho que isso é uma síntese de providências básicas, além, é claro, havendo abertura de um processo de mesa de negociação verdadeiro, formalizado, com procedimentos, com fluxos. Que se faça a revisão de tantas dessas ocorrências de remoções e da suspensão de horas suplementares e outras medidas aplicadas como punição, represália. Que isso seja revisto e reconsiderado, diante de tantas evidências e até para que se evite, Secretário, que isso termine na via judicial, que é o modo mais ríspido de tratar dessas questões.

Então, que isso possa ser tratado politicamente, no bom sentido, seja tratado no nível administrativo, institucional da Secretaria, com a participação, lógico, do sindicato, com acompanhamento da Câmara Municipal, mas que se possam rever atos dos quais – e aí eu sinceramente, Secretário, estou muito convencida da arbitrariedade – eu não acompanhei diretamente e pessoalmente; não acompanhei quase nenhum desses casos, nem por tomar conhecimento. Eu soube no final, mas tenho convicção – aí eu tenho de usar a palavra convicção, não ouvi as gravações, não li os *e-mails*, não analisei os documentos, então estou na convicção e não nas provas – de que há elementos suficientes para dizer que são movimentos arbitrários de repressão, de repreensão, de uma postura mesmo de gabinete de quase guerra declarada contra determinados trabalhadores, e não poucos trabalhadores, muitos, um número significativo de trabalhadores e trabalhadoras.

Por favor, Secretário.

O SR. MARCELO DEL BOSCO – Primeiro, gostaria de agradecer à Vereadora Soninha Francine e dizer que sempre o Prefeito diz da participação do Poder Legislativo nas decisões do Município, então, agradecer o convite. Quero parabenizar o sindicato e todos vocês.

Ouvi atentamente a fala, eu estava em outro compromisso que já estava marcado também anteriormente. Assumi há uns dez, 14, acho que não tem nem uma semana que

assumi como secretário-adjunto e estou participando de alguns debates.

Primeiro, quero deixar bem claro, vou começar até pela sua fala a dizer o seguinte: o Prefeito Bruno Covas não pactua, primeiro, com essa questão de partido político. A eleição passou e ele não compactua com isso, de olhar o funcionário ou qualquer pessoa que seja pela questão do partido político, de cor partidária. Essa é uma determinação do próprio chefe do Executivo nesse sentido.

A outra questão que acho importante salientar é que ele também, em hipótese alguma, admite e foi... Eu vou depois pegar a ata dessa reunião para a gente poder discutir e levar isso para a própria Secretaria, mas muita coisa já foi anotada, Vereadora, nessa questão de qualquer forma de assédio moral que tenha sido cometido.

Fui eu até, Rodrigo, que conversei com você naquele dia, enquanto o assessor do Prefeito Bruno Covas... Quando fizemos a visita ao centro, passei para a Secretaria. Existe uma secretaria e passei para a Secretaria a questão do caso, me informaram os pontos que você já citou a respeito da falta de profissionais. Eu não estava sabendo do que foi falado sobre a questão dos quatro profissionais que tiveram a sua transferência...

- Manifestação fora do microfone.

O SR. MARCELO DEL BOSCO – Desculpa, a sua licença, não é transferência, porque senão bate naquela... A sua licença sem vencimento nesse período, então também vou me informar sobre isso. Então, assim, a respeito de todos esses casos, vim à Câmara para pegar tudo e conversar com a comissão, com a Vereadora e com vocês para podermos dar encaminhamento.

Um dos pontos colocados pela Vereadora é a questão do que já foi conversado com o sindicato algumas vezes no dia mesmo em que o Secretário José Castro assumiu, ele mesmo desceu – eu ainda não estava na Secretaria – para conversar com vocês na recepção da Secretaria e eu vou procurar saber desses pontos que foram discutidos.

Agora, a Vereadora fez duas ponderações importantíssimas: a questão do

calendário, as reuniões de ato público, tanto que acho que foram você e o Max, conversaram no gabinete, que não tinha.... Acho que é disso que ela fala, a questão da transparência, que a Vereadora colocou; a questão que foi conversada na mesa de negociação. Vou me informar de como a Seduc age para poder fazer esse processo, quando se tem um pedido ou de transferência, seja por parte do funcionário ou da parte da Secretaria. Como a Vereadora disse, haverá mais reuniões nesse sentido da comissão. É o nosso primeiro contato, mas estou vindo aqui em nome da Secretaria, pegando essas informações para poder dar uma resposta a vocês.

Quero me colocar à disposição de vocês como secretário-adjunto e dizer novamente que o Prefeito Bruno Covas tem uma preocupação muito grande, nós podemos ter discordâncias e vamos ter muitas vezes. Sempre existirão coisas que iremos concordar ou discordar, mas o importante é ter um diálogo e um posicionamento realmente de respeitar, até porque são servidores públicos. O Prefeito passa, o secretário-adjunto passa, o servidor público não, está aqui e prestando serviço à população. Então, deixo as portas abertas da secretaria adjunta para poder fazer esse trabalho e me colocar, Vereadora, à disposição. Como eu faço para obter tudo transcrito?

A SRA. PRESIDENTE (Soninha Francine) – Solicitamos a transcrição e as enviamos ao senhor.

O SR. MARCELO DEL BOSCO – Se a senhora puder, porque já fico com esse documento em mãos. Tem declarações importantes para serem averiguadas e também para poder conversar com o próprio corpo da Secretaria. Você hoje está na ouvidoria, é isso? Foi transferida para lá ou não?

- Manifestação fora do microfone.

O SR. MARCELO DEL BOSCO – Ah, tá, então, é só para eu saber. Então, todos continuam na própria estrutura da Secretaria. Assim que eu estiver com esse documento, embora já tenha anotado, vou conversar com os setores competentes.

No seu caso, Rodrigo, vou verificar essa questão da licença que foi dita aqui. Conversei com você e mantenho, lógico, a importância. O Prefeito até pediu para ter tudo analisado e na época você não passou, você foi buscar outras alternativas. O Prefeito também está como servidor público, prestando serviços. Agora,...

O SR. RODRIGO – Foram cinco tentativas.

A SRA. PRESIDENTE (Soninha Francine) – Ainda dá tempo, Rodrigo? Microfone.

O SR. RODRIGO – Eu tenho de resolver isso até o mais tardar final de dezembro, porque ou eu devolvo os pagamentos das bolsas e pago, e com o meu salário não dá, porque são 3.700 reais de faculdade, na PUC, doutorado. E também não acho justo, porque ganhei a bolsa, tem essa questão. Então, tenho de resolver isso até o final de dezembro, no máximo, o quanto antes possível, porque eu deveria já ter resolvido isso.

O SR. MARCELO DEL BOSCO – Eu só quero deixar bem claro, Vereadora e todos os participantes, que ouvi todas as declarações e logicamente vou ter uma reunião, principalmente acho que com o Secretário, para poder falar sobre esses assuntos e passar também as colocações da Vereadora para ver como serão encaminhados esses questionamentos.

Então, estou representando aqui a Secretaria, mas vou ter uma reunião com o Secretário e não posso dizer: “Olha, esse ponto vai ser assim, assado”. Não, quero que na próxima reunião tenhamos já algumas respostas.

A SRA. PRESIDENTE (Soninha Francine) – Secretário, temos, por exemplo, no meu mandato e em outros mandatos na Câmara também uma expectativa positiva em relação à mudança na Secretaria de Assistência Social, uma mudança de postura de modo geral. A postura do último secretário era de beligerância em público, inclusive, em reuniões públicas, em audiências públicas, uma postura de sarcasmo, de deboche, às vezes, uma coisa completamente inadequada. Teremos sempre, entre as partes, diferenças, enfrentamentos, confrontos até, momentos agudos de divergência, mas uma falta de respeito não.

E assim, em uma determinada ocasião em que eu acho que por parte também de trabalhadores houve um exagero na postura em relação, no caso, ao chefe de gabinete, eu também critiquei, quando achei que a hostilidade perdeu a medida. Mas, é isso, a autoridade dá linha; o Secretário, o gabinete, dão a linha da conduta de todo um órgão público. Então, tenho a expectativa positiva, tenho a esperança de que haja uma mudança da postura da Secretaria como um todo, com a mudança de comando, de orientação, da direção do então Secretário que era nessa linha mesmo de beligerância, de hostilidade. Espero que a gente presencie essa mudança.

Pergunto se a gente pode sair daqui, não com uma data marcada, mas ter mais ou menos a expectativa de uma nova reunião daqui a 15 dias, que tanto pode ser aqui na Câmara, quanto na SMADS. Se for na SMADS, eu gostaria que a Câmara pudesse acompanhar, não necessariamente eu pessoalmente, mas alguém da Comissão de Direitos Humanos.

O SR. JOÃO GABRIEL GUIMARÃES – Boa tarde, Secretário e Vereadora. Eu queria ponderar que seria positivo se nos fizessemos a próxima ainda aqui, porque ouvimos manifestação de pessoas da população, usuários do serviço que vieram acompanhando. Eu acho que eles, como participantes desse processo, precisam também ter um retorno do que está sendo dito aqui. Queria registrar na gravação que as licenças das quais fiz referência, tenho duas que gostaria de citar, que foram um pouco complicadas: uma no dia 25/2/2017, na página 46 do *Diário Oficial*, e outra que foi publicada no dia 24/06/2017, página 46.

A SRA. PRESIDENTE (Soninha Francine) – Então, fica indicada uma reunião para daqui a cerca de 15 dias, aqui mesmo na Câmara Municipal, vai depender da disponibilidade, inclusive de sala, de equipe da assessoria da Comissão de Direitos Humanos, mas teremos 15 dias para obter a transcrição, a gravação e para a própria Secretaria, então, se posicionar mais concretamente em relação ao que foi dito aqui.

Nada mais havendo a tratar por hoje, declaro encerrada essa reunião de trabalho.

Muito obrigada aos presentes.